



Procedimento da Audiência Pública com o objetivo de discutir questões relacionadas ao licenciamento ambiental da Operação Urbana Consorciada Água Branca

(RESOLUÇÃO Nº 69/CADES/2002)

DATA DA APRESENTAÇÃO: 04/11/2010 - HORÁRIO: 18:00 horas.

LOCAL: Anfiteatro do Prédio C - UNINOVE, situado Avenida Doutor Adolpho Pinto, 109 – Prédio A – São Paulo

- I – MESA DIRETORA - Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES e Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho.
- Coordenadora Geral do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES – Helena Magozo.
 - Departamento de Controle Ambiental – DECONT – Regina Luisa Fernandes de Barros

II – DOS TRABALHOS

1. Formação da mesa.
2. Abertura dos trabalhos pelo Presidente
3. Exposição:
 - Empreendedor do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, pelo Sr. **Vladir Bartalini** representante da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB – 30 minutos.
 - Equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, pela Sra. Laura Rocha de Castro Lopes representante da empresa WALM Engenharia e Tecnologia Ltda. – 30 minutos.

Manifestação dos inscritos:

- a. Entidades da sociedade civil – 5 minutos para cada exposição – máximo de 30 minutos.



- b. Manifestação dos presentes – 2 minutos para cada exposição – máximo de 60 minutos.
 - c. Manifestação das autoridades – 5 minutos para cada exposição.
4. Comentários Finais dos expositores:
- Empreendedor do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, pelo Sr. **Vladir Bartalini**, representante da Empresa Municipal de Urbanização - 15 minutos.
 - Equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, pela Sr^a. **Laura Rocha de Castro Lopes**, representantes da empresa WALM Engenharia e Tecnologia Ltda – 15 minutos
5. Encerramento da Audiência Pública pelo presidente da sessão.
- III – Os inscritos terão direito a uma única manifestação, observada a ordem da inscrição.
- IV – A critério do presidente da sessão, os tempos de exposições e manifestações previstos poderão ser ampliados.
- V – Para garantir o bom andamento da Audiência Pública e a segurança dos participantes, a entrada de pessoas no recinto será permitida somente até o limite de sua lotação.



Coordenadora Helena Magozo: Boa noite a todos. Vamos dar início a audiência pública. Está compondo esta mesa o Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável, CADES e Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, eu como Coordenadora do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, Helena Magozo. Também já está na mesa a Regina Luisa Fernandes de Barros que é a Diretora do Departamento de Controle Ambiental - DECONT da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Vou pedir para também para compor a mesa representando o empreendedor na intervenção do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, o senhor Vladir Bartalini que representa a Empresa Municipal de Urbanização, a EMURB. E representando a equipe responsável pela elaboração do estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, EIA/RIMA a senhora Laura Rocha de Castro Lopes que representa a empresa WALM Engenharia e Tecnologia Ltda. Agora nós vamos iniciar a abertura dos trabalhos pelo presidente.

Presidente Eduardo Jorge: Eu agradeço a presença de todos, se fosse possível que o público viesse mais para perto, porque é melhor a interação com os expositores. Então se vocês puderem vir mais para frente é melhor para o diálogo, é importante ter uma noção, de que a audiência pública faz parte de um processo de licenciamento, prevista na Lei Federal. E é um momento muito importante de diálogo entre o empreendedor, seja ele público ou privado, no caso aqui é um empreendimento público e as entidades e os cidadãos/cidadãs que queiram colaborar com críticas ou sugestões para o futuro projeto, a ser apreciado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente. A Audiência Pública é a oportunidade de diálogo entre a população e o empreendedor. Porque tanto na parte do empreendedor, na oportunidade de receber sugestões e idéias novas, quanto da parte da Secretaria do Verde, que é um órgão licenciador, que tem aqui a diretora do DECONT, a representante que coordena este trabalho de licenciamento, na oportunidade de ouvir idéias e sugestões que vão ser levadas em conta no licenciamento. Tudo aqui é gravado, faz parte do processo vai ser transcrito pra fazer parte do processo, assim o licenciamento tem todo esse ritmo, não começou agora nem termina agora na audiência pública, mas a audiência pública é um dos momentos privilegiados do licenciamento. A Helena Magozo que é Coordenadora do Conselho Municipal do Meio Ambiente, vai explicar para vocês como é que se dá os procedimentos, e esses procedimentos são padronizados nacionalmente e a Secretaria como o local de licenciamento segue esses rituais e previsões de tempo previsto na Lei Federal.

Coordenadora Helena Magozo: Essa audiência pública foi divulgada, publicada no Diário Oficial da Cidade e jornais de grande circulação, como Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo. Vou explicar para vocês como é que está prevista a manifestação, as pessoas para se manifestarem devem se inscrever aqui, logo perto da porta, nós temos uma mesa, com a Clotilde e com a Daniela e as pessoas se inscrevem, então é na ordem de inscrição que depois da apresentação do empreendedor e da empresa que elaborou o EIA\RIMA que eu irei chamar as entidades e as pessoas na ordem da inscrição, então, é importante a gente respeitar essa regra, desde agora até o fim da exposição do Estudo de Impacto Ambiental, está aberta a inscrição para os interessados ali, então, numa mesa logo ali próximo da porta de entrada. As inscrições são organizadas por entidades da sociedade civil, que terão cinco minutos para cada exposição e também dos presentes não representantes de entidades, que tem dois minutos para manifestação e as autoridades. Na medida do possível nós damos possibilidade da expansão dos cinco minutos para todo mundo, só depende de termos a listagem. O nosso interesse é que todos participem. Nós vamos começar as apresentações, então eu só estou lembrando de novo para as pessoas que estão chegando agora, que a manifestação dos interessados, deve ser



precedida, antes da manifestação, por favor, se inscrever ali numa mesa que está ali perto da porta de entrada, com o pessoal do CADES. Então vamos lá. Primeiro nós vamos começar com a apresentação do empreendedor, a Empresa Municipal de Urbanização. O senhor Vladimir Bartalini representando a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB.

Vladimir Bartalini: Boa noite a todos, vou fazer uma apresentação de mais ou menos 30 minutos e nesses 30 minutos tentar mostrar qual a situação atual da operação urbana, quais são as propostas da revisão da operação urbana. Essa é a área de abrangência da operação urbana ela soma praticamente 500 hectares, Marginal Tietê, Av. Abraão Ribeiro, Rua Turiassú, Av. Francisco Matarazzo, Av. Santa Marina, para gente se localizar um pouco melhor, aqui está o Terminal da Barra Funda, o Memorial da América Latina, a Gleba da telefônica, e o centros de treinamento do São Paulo e Palmeiras. Qual foi a seqüência dos trabalhos para revisão da Operação Urbana Água Branca? Em primeiro lugar foi feito a formulação de um cenário de adensamento, ou seja, quanto mais seria desejado que se construísse, quantas pessoas a mais seria desejado que viesse morar nessa região, foi elaborado um plano urbanismo preliminar que são algumas intervenções nessa região e umas estimativas de estoques em função do adensamento, estoque tudo aquilo que pode ser construído acima do coeficiente do aproveitamento básico, este estoque, a aquisição deste estoque é paga pelos empreendedores, na seqüência foram feitos estudos de mercado mobiliário para aferir se esta proposta feita teria atratividade, o estudo de impacto ambiental foi feito também, o estudo de capacidade de suporte da infra-estrutura, para, enfim, estar sempre sendo proposto pra dar conta do adestramento que está sendo previsto. Bom já que estamos nesse momento em função das análises do CADES e das audiências públicas, serão feitas as adequações, as complementações em função das argumentações, das exigências e após, a gente vai colher este conjunto de sugestões e, a partir daí, vai ser finalizado o Projeto de Lei e que será encaminhado a Câmara. Isso é uma ilustração desse procedimento, ou seja, foi feito um plano urbanístico no EIA/RIMA, estamos nesse momento aqui na análise do CADES na Secretaria do Verde, serão feitos ajustes e complementações a do plano urbanístico e na seqüência o Projeto de Lei da Operação Urbana que será enviado a Câmara. Um resumo da situação atual, a Operação Água Branca está em vigor desde 1995, portanto, ela é uma operação urbana anterior ao Estatuto da Cidade e ao Plano Diretor Estratégico. Até o mês de outubro de 2010 foram protocoladas 45 propostas de adesão, 33 foram aprovadas, 4 foram deferidas e 8 estão em análise. O estoque de área adicional previsto nesta lei que esta em vigor desde 1995, é de 300.000m² residenciais, 900.000m² não residenciais, do residencial praticamente a metade foram construídos, 140.000m², existem análise de propostas que somam 328.000m², ou seja, nem todas as propostas que estão em análise serão aprovadas, existe uma limitação de estoque na lei atual. Esta é a localização das propostas de participação, nós podemos ver, aqui, que existe uma concentração bastante grande que a gente chama de área ao sul da ferrovia, no entanto, nos últimos anos tem crescido bastante o número de propostas de adesão ao norte da ferrovia. Esta é a evolução do número de propostas. Essa operação urbana passou por um período onde praticamente não houve propostas de participação, então a gente pode ver aqui, 2001, 2002, 2001 duas propostas, 2002 mais duas propostas, 2003 subiu um pouquinho, houve um grande aumento no ano de 2006, depois abaixou um pouquinho mais em 2008, e em 2010 existe essa retomada, ou seja, há varias outras propostas de participação em andamento. Aqui são os recursos arrecadados, o que da pra perceber que até por volta de 2006/2007, esse recursos eram poucos, a partir, de 2007 os recursos começaram a crescer, e hoje nós temos com recursos da outorga onerosa, ou seja, os empreendedores pagam pela participação, somam 72 milhões mais as receitas e aplicações financeiras, etc. O que existe no caixa hoje é cerca de 90 milhões de reais. Bem, pelo fato de não existirem recursos consideráveis até 2007 não foi possível pensar em contratar projetos ou contratar grandes obras neste período, a partir de 2007, quando o



volume começou a crescer um pouco, nós começamos a trabalhar em um plano urbanístico, esse plano urbanístico teve intervenções não-estruturais, que são intervenções de pequeno porte e intervenções estruturais, entre as intervenções estruturais estão sistema viário, mais pesado e obras de drenagem, projetos de drenagem, então, a partir de 2009, foram contratados os projetos das intervenções estruturais e também foram contratadas as obras das intervenções não-estruturais, de pequeno porte, a partir de 2011 deverão ser contratadas as obras estruturais, isso em função do ritmo de entrada de recursos na operação urbana, ou seja, enquanto não existia recursos de grande volume, foram contratadas pequenas obras que favoreciam principalmente pedestres, usuários de sistema de transporte coletivo, são pequenos alargamentos de passeio, adequações de passeio, enfim, coisas de pequena volume. Bem, as diretrizes gerais pra revisão da Lei da Operação Urbana. Ela deve ser adequada a Legislação Federal, Estatuto da Cidade e Municipal que é o Plano Diretor Estratégico, lembrando a Lei que está em vigor desde 1995, anterior ao Estatuto da Cidade que é de 2001, anterior ao plano Diretor Estratégico que é de 2002. Instituir a gestão compartilhada entre a Prefeitura e a sociedade civil, hoje essa gestão não é compartilhada, ela é exclusiva da prefeitura. Elaborar Estudos de Impacto Ambiental, na operação que esta em vigor também não existia. Instituir os CEPACS, Certificados de Potencial Adicional de Construção, a exemplo das operações, outras operações urbanas consorciadas, Água Espriada e Faria Lima. Alinhar a operação urbana aos novos parâmetros do solo e frete de transporte coletivo, tipo o que se nota, esta operação quando foi aprovada ela tinha como intenção criar um pólo de serviços nessa região. O que nós podemos verificar ao longo do tempo, é que existe uma demanda bastante grande pelo uso residencial. Então esses estoques têm que ser adequados a essa nova demanda pelo uso residencial, sempre deixar claro de considerar os usos não-residenciais já que é uma área central e que atrai esse tipo de uso. E adequar o programa de investimentos aos novos objetivos, já falei de 1995, tem programa de investimento um pouco restrito, essa nova proposta já tem um programa de investimentos bem mais amplo. As premissas para revisão da lei, são proporcionais, um adensamento populacional e construtivo, então o que é o adensamento? É mais gente morando. Mais gente usando essa região, os equipamentos dessa região toda, como comparação podemos ver aqui que a região da Água Branca, a região da operação urbana tem uma população de 19 habitantes por hectare, um hectare é um quarteirão, 10.000m², é um número bastante baixo se a gente comparar com áreas vizinhas, o distrito de Perdizes tem cerca 160 habitantes por hectares, Santa Cecília 170 habitantes por hectare, o que se pretende é priorizar neste adensamento o público que mais se utiliza os equipamentos de transporte que já estão implantados e aqueles que vão ser implantados também, ou seja, um público de renda média, diversificar as atividades econômicas, hoje a gente tem uma predominação muito grande de atividades industriais, aproximar moradia de emprego, nós vamos ver um pouquinho mais para frente que existe muita gente trabalhando nessa região, e pouca gente morando, ou seja, isso faz com que as pessoas tenham que se deslocar diariamente para ir de casa para o trabalho, equilibrar a distribuição de uso, a gente vai ver também um pouquinho mais pra frente que existe um desequilíbrio muito grande entre os setores da operação, no entanto, este adensamento não deve ser entendido só como um número ele deve estar associado a aspectos qualificativos, ou seja, não adianta a gente colocar muita gente morando, muita gente utilizando, se a gente não melhorar a condição dessa região, porque esses estoques de área adicional foram dimensionados para se obter o adensamento que se pretende, que por ora é de 170 habitantes por hectare, semelhante a região de Santa Cecília, e uma mistura de usos mais equilibrado. Porque essa mistura de usos? A gente pode dividir os usos em residenciais e não-residenciais, e os não-residenciais naqueles de alcance de vizinhança e de alcance regional, só que as de vizinhança é aquele do consumo diário, padaria, farmácia, vídeo locadora, mercado, etc. E os de âmbito regional são hospitais, escolas, edifícios de escritório. Esses comércios de vizinhança eles



conferem conforto e praticidade no cotidiano pra quem mora, e quem trabalha, que tem a possibilidade de se deslocar a pé fazer pequenas compras, realizar pequenos serviços. Já esses de âmbitos regionais, é o que dão dinamismo e vitalidade a região, atraindo mais gente, diversificando o público que utiliza. Com relação à mobilidade, o acesso a essa região é relativamente fácil, ela é muito bem servida de um sistema viário estrutural, mas a mobilidade não. O que é mobilidade? É a possibilidade de se locomover dentro dessa área, o sistema viário aqui dentro da região da operação urbana é muito truncado, além da ferrovia que funciona como uma barreira. Então a gente pensa em implantar uma rede de vias coletoras e locais, principalmente para favorecer a utilização do sistema de transportes coletivos, favorecerem os deslocamentos a pé. Outro aspecto qualificativo que é importante no adensamento, paisagem, áreas Verdes e permeabilidade. As novas construções devem destacar os atributos locais, os naturais reconstruídos, enfim, aqui nós temos alguns edifícios que são considerados patrimônio histórico, ou que virão a ser, os atributos naturais, nós temos córregos, alguns canalizados outros ainda a céu aberto, nos temos a Serra da Cantareira, ao fundo, tem uma presença forte nessa região, enfim, as novas construções devem destacar esses atributos, não escondê-los. As áreas verdes públicas, elas tem o papel de equilibrar as áreas construídas e não construídas, ou seja, gente é o que a gente chama de lotes cheios e vazios, áreas construídas e áreas vazias, além de permitir, proporcionar uma qualificação paisagística e ambiental, o aumento da permeabilidade é outra questão importante, hoje a gente vê que os empreendimentos costumam escavar muitos sub-solos para construir garagens, estacionamentos, isso é particularmente ruim nessa região, que é uma região de várzea, então, pretende-se ter uma série de instrumentos urbanísticos, de mecanismos, que permitam a proteção dos sub-solos dos lençóis freáticos, maior absorção de Água de chuva, vegetação de porte médio/grande no interior dos lotes, esse aumento de áreas Verdes não seriam somente através de áreas de Verde públicas mas também nas áreas internas. Bom, nós podíamos dividir essa região em duas grandes porções, a área ao norte da ferrovia, chamada de área 2, que corresponde a essas fotos aqui. Essa aqui é a Avenida Marques de São Vicente, aqui a Marginal Tietê, e a gente vê uma ocupação predominantemente por galpões, muitos deles indústria e muitas áreas ainda vazias. Ao passo que ao sul da ferrovia, que a gente chama de área 1, a gente já vê uma verticalização significativa aquilo em torno do terminal da Barra Funda aqui na altura da Avenida Santa Marina, os trilhos do trem, a gente já percebe essa região se verticalizando. O que acontece na distribuição dos usos? Na área 1, ao sul da ferrovia, que é uma área que nos entendemos como de melhor qualidade urbanística, nós temos um pouco mais da metade da área construída total, é residencial, temos os serviços de vizinhança é na ordem de 8%, e os serviços regionais na ordem de 35%, essa é a situação atual. O que se pretende pro futuro é manter, não haveria grandes alterações nessa distribuição de usos, já que é uma região que apresenta certo equilíbrio, o que vai se tentar fazer, dar uma ênfase um pouquinho maior no comércio de vizinhança. O que é o serviço de vizinhança? É que o senhor usa no dia-a-dia, por exemplo, a padaria, a farmácia, o pequeno mercado, este tipo de coisa, o de região, são escolas, faculdades, prédios de escritórios, Shopping Center. Já na área norte da ferrovia, o que a gente vê é que existe uma predominância muito grande destes serviços de âmbito regional, e este número está bastante influenciado pela presença das indústrias, a gente tem um serviço de vizinhança que atende a isso tudo, serviço a região, e um uso residencial de mais ou menos 12%, o que se pretende no futuro é que essa área tenha um aumento considerável do uso residencial, uso de vizinhança compatível com esse uso residencial e uma diminuição, então, desses serviços de âmbito regional. Essa é a distribuição da população por faixas de renda na cidade de São Paulo, então, a gente vê aqui o azul mais escuro, são as faixas de até 3 salários mínimos, o vermelho de 3 a 5, o Verde de 5 a 10, o roxo de 10 a 20 e o outro azul claro acima de 20 salários. Este é o perfil na área da operação urbana no ano de 2000. O que se pretende em termos de distribuição, por faixas de renda nessa região, é crescer a



participação, principalmente, dessa faixa roxa, e desta faixa Verde, evidentemente todos os usos serão permitidos, mas haverá um incentivo maior para essas faixas, porque para estas faixas? Porque são exatamente as faixas que mais utilizam o transporte coletivo, que mais utilizam equipamentos públicos. Na proposta de revisão da lei essa área foi dividida em 9 setores, chamados de "setor A" a "setor I" e aqui só algumas informações comparativas, área construída computável. Computável é área construída que não leva em conta as áreas de estacionamento, por exemplo. Hoje tem 2,7 milhões m² construídos nessa região, área construída computável futura com consumo de estoques deverá chegar a 4 milhões e meio, o coeficiente de aproveitamento, que é o quanto se pode construir, dentro de um terreno, hoje é de 0,55, o coeficiente de aproveitamento futuro, deverá ser da ordem de 1. Enfim, é um coeficiente ainda, apesar de a gente estar fazendo um adensamento significativo, é um coeficiente de aproveitamento médio bastante baixo, comparado com outras áreas densas da cidade. Aqui a gente pode ver uma relação entre a área do sistema viário, área de ruas e área total de cada um dos setores, a gente pode ver que em vermelho nós temos uma porcentagem do sistema viário bastante baixo em relação a área total, enquanto que nas áreas em amarelo, o setor D, o setor H e o setor I, são os setores ao sul da ferrovia, por isso que eu tava falando que tem um melhor padrão urbanístico, essa porcentagem do sistema viário sob o total chega a 28%, 27%, próximo de 20%, o que a gente entende como número médio, ou até mínimo, digamos assim, para você ter uma boa relação de fluidez, ter ruas onde você possa circular, etc, é que seja da ordem de 20% da área total, ou seja, as propostas de abertura do sistema viário, tem por objetivo aumentar essa porcentagem aqui, em todas essas áreas que estão em vermelho. Aqui uma tabela resumida dos estoques que estão sendo propostos, por setor, o estoque total que está sendo proposto é de 1 milhão e 850 mil m², divididos quase que igualmente entre os residencial e não-residencial, só lembrando na lei que está hoje em vigor, o estoque não-residencial é 900 mil m², e o estoque residencial é 300, então cabe um aumento bastante significativo no estoque residencial. Esse adensamento está baseado na oferta de transporte público, hoje nós temos em funcionamento na linha vermelha do metro, a linha 7 e 8, a linha 7-rubi e 8-diamante da CPTM, temos dois corredores de ônibus, aqui pela Marques de São Vicente, e aqui pela Francisco Matarazzo, e há o projeto da linha 6-laranja do metro aqui, ou seja, essa região, ela é bem servida de transporte coletivo, evidentemente que este serviço dela precisa ser melhorado, mas ela vai ganhar uma nova linha de metro, que é bastante positivo e importante, então o adensamento dessa região está baseado principalmente nesse implemento de oferta de transporte coletivo. Foi feito um estudo de capacidade de suporte da infra-estrutura, o que é isso? Um estudo pra se aferir se esse adensamento que está proposto e as obras viárias que estão sendo propostas, se elas são sendo compatíveis. Esse estudo foi feito da seguinte forma, em vários cenários, no primeiro cenário foi feito da seguinte forma, se este estoque todo for consumido por uma população de alta renda, digamos assim, só de alta renda, a gente sabe que a população de alta renda, praticamente todos os moradores da família tem um carro, tem um automóvel, isto tem um impacto diferente no sistema viário de um adensamento feito em cima de uma faixa de renda que prioriza o uso de transporte coletivo. Então foi feita uma primeira simulação, uma primeira hipótese que nós colocamos que é esta aqui em vermelho, onde o adensamento maior se daria nas faixas de renda mais alta. Depois foram feitos outros cenários, e o cenário que foi adotado, aquele que foi indicado como o que melhor se adequa a essa região, é esse cenário C2, que é essa linhazinha azul aqui, ou seja, é um adensamento pra uma faixa de renda média, entende-se que haverá impacto no sistema viário, evidente, só que o que se entende que esse impacto será menor se esse adensamento for feito para faixas de renda média. Alguns outros cenários de população por setor de adensamento, por setor, então novamente em vermelho, a primeira hipótese. O estudo de capacidade entendeu que esta proposta estava um pouquinho exagerada, ela estava adensando demais e acabou propondo um outro cenário que é



essa linha azul, então a gente vê que essa linha azul em alguns setores ela está abaixo da proposta que foi feita inicialmente, então foi feito um estudo para se adequar. Enfim, aqui esses dados são interessantes, existe um número que a gente usa que é a relação emprego por habitante, quantos empregos têm na região a gente divide pelo número de habitantes, hoje essa relação é de 8, ou seja, existem 8 pessoas trabalhando para cada pessoa morando, na região da operação urbana, é um índice bastante alto. Foram feitos estudos comparativos com distrito de Santa Cecília, distrito vizinho, de bom padrão urbanístico. Essa relação emprego por habitante na Santa Cecília é da ordem de 1.7, ou seja, isso a gente está querendo mostrar que existe espaço para um adensamento populacional, a gente precisa colocar mais gente morando para melhorar essa relação aqui, ou seja, mais gente morando perto do local do trabalho. Aqui é como esse cenário vai se configurar, é difícil ver esse tipo de gráfico, mas enfim, vamos tentar traduzir. Esses números aqui, 90, 91, 92, 93, são setores, são zonas da pesquisa origem e destino, eles falam qual que é a composição social, qual que é a densidade, em cada uma dessas áreas, aqui a gente vê área da operação urbana da Água Branca, essa linha em vermelho é a situação atual da distribuição de usos, residencial vertical, residencial horizontal, edifícios de escritório, galpões, etc. E em azul é a proposta que está sendo feita, que a gente vê em cada uma dessas áreas diminuí-se os usos industriais e aumenta o uso residencial, por exemplo. Bom, como eu havia falado vai haver um impacto no sistema viário, esse impacto é significativo, essas simulações foram feitas já com base nas propostas do sistema viário, então isso daqui é a situação atual. Aqui embaixo com abertura de novas vias, que a gente tá propondo, o que aconteceria com o carregamento de trânsito, então, a gente vê que aqui a gente tem um carregamento bastante concentrado em algumas das vias, quando nós abrimos essa outra série de vias, esse carregamento permanece grande, só que ele é distribuído, se distribui um pouco melhor este impacto. Esse estudo também apontou alguns gargalos, digamos assim, alguns pontos que devem ser olhados com atenção, indica, por exemplo, ali na Avenida Francisco Matarazzo, como sendo necessárias algumas medidas de principalmente de controle de tempo de semáforo e eventualmente alargamentos em alguns pontos, nesse ponto na Francisco Matarazzo e aqui também na saída do Minhocão, aponta uma coisa interessante que é a necessidade da extensão da Av. Gustavo Will Borghoff, que fica do lado de lá da ferrovia, que hoje termina embaixo do viaduto Pompéia, ela deveria ser estendida, por que ela terá papel importante nesse adensamento. Bom, com relação às melhorias, o que a gente tem ao sul da ferrovia, é uma área predominantemente residencial, um loteamento antigo de um traçado regular, a gente vê aqui um pedacinho do bairro da Pompéia, o comecinho da vila romana. Ao passo que do lado de lá da ferrovia, a gente vê um sistema que não tem continuidade, é todo truncado, é bem diferente desse aqui. Isso na verdade é fruto da destinação que foi dada a essa região, esse roteamento antigo, industrial, e pouco sistema viário. Existem grandes áreas vazias, aqui como a Gleba da telefônica, a Gleba Pompéia, também dificulta muito essa movimentação dentro dessa região. Paralelamente a gente tem um sistema viário estrutural bastante pesado, apesar de estar sobrecarregado, ele é bastante significativo, Avenida Pacaembu, Abraão Ribeiro, Avenida Sumaré, Avenida Pompéia, Marques de São Vicente, Francisco Matarazzo, Santa Marina, além da Marginal do Tietê. Hoje as vias locais que nós temos são essas aqui, então a gente percebe claramente que elas são descontínuas e a presença dessas grandes levas que impede que essa região se ligue internamente. O que o plano urbanístico propõe é um incremento bastante grande das linhas coletoras de locais ao norte da ferrovia, rompendo essas grandes glebas e reforçando algumas conexões que hoje não tem continuidade, São todas estas áreas em amarelo, além da seqüência da extensão da Av. Álvaro Alves Moura Andrade e da Av. Gustavo Willi Borghoff, e com isso a gente entende que dá um suporte melhor desse adensamento que tá sendo proposto. Outro fator importante é a recuperação da paisagem a partir de algumas coisas feitas que seja identificável, quer dizer o que é identificável nessa região hoje? Como a região ao



norte da ferrovia ainda é bastante baixa, são indústrias e galpões, existe a presença da Serra da Cantareira de uma forma muito marcante. O que se pretende fazer é que a nova operação urbana, reforce esse papel, não esconda a serra, não esconda as principais visuais que essa região tem a oferecer, da mesma forma do lado oposto nós temos o espigão da av. Paulista, aqui nós temos a área de operação urbana Água Branca, na várzea, no rio Tietê, ao fundo nós temos o espigão da Av. Paulista e do outro lado temos o pico do Jaraguá, a serra da Cantareira. Qual que é a diretriz fundamental? É que nessa área onde vai ocorrer o maior adensamento que é o norte da ferrovia, sejam criadas, o que nós estamos chamando de janelas, áreas largas Verdes, que permitam que essa paisagem possa ser contemplada, então, é abertura de visuais para fazer com que esses marcos principais não desapareçam. Outra diretriz importante, as grandes glebas devem ser parceladas, então, a gleba da telefônica e a gleba Pompéia, do parcelamento dessas levas resultam áreas verdes, áreas institucionais e sistema viário que vão ajudar a complementar a infra-estrutura, e dessa forma também começamos a fazer o encadeamento de áreas Verdes. Digamos que aqui tenha uma área Verde do parcelamento dessa leva aqui, esta área aqui é uma área da prefeitura, esta área também é da prefeitura só que está cedida aos clubes. Mas, enfim, com essa disposição nós conseguimos fazer, encadear, o que a gente chama de encadear áreas Verdes, colocar uma área Verde ao lado da outra, formando grandes corredores Verdes. A questão da drenagem, também é bastante séria, hoje essa região é na verdade abrangida basicamente, 90% da sua área, as bacias do córrego Sumaré e Água Preta, córrego Sumaré que corre embaixo da Avenida Sumaré, e o córrego Água Preta é o que vem da Pompéia e passa ali por baixo do viaduto. Pompéia e vai desaguar no rio Tietê. Essas duas galerias já foram bastante saturadas e já estão sendo feitos nesse momento esta sendo feito projeto executivo de macrodrenagem dessas duas bacias. O que nós entendemos que essas medidas que chamamos de estruturais, reforço de galeria, piscinões eventualmente que a solução devia ser dada, ela tem que ser complementada com algumas outras medidas, e essas outras medidas são exatamente essas áreas Verdes que a gente tava contando, esse sistema de áreas Verdes, as áreas Verdes tem um papel importante, auxiliar no sistema de drenagem, então ao invés das Águas serem encaminhadas 100% para essas galerias, em parte, elas podem passar a ser direcionadas à essas áreas Verdes, diminuindo a pressão sobre as galerias. Bem, uma outra diretriz que esta presente nessa lei, a questão da permeabilidade do solo, atualmente nesta região da operação urbana da Água Branca, a taxa de permeabilidade mínima é de 15%, isso quer dizer que os outros 85% São totalmente impermeáveis, a gente sabe que é uma pratica igual a escavar os sub-solos pra construir garagens, isso traz uma serie de inconveniente, primeiro os lençóis freáticos são frequentemente rebaixados, isso causa problemas colaterais o tempo todo, o rebaixamento desse lençol freático, escavação e remoção de terra representam custos pro empreendedor, esses custos sempre são repassados pro consumidor final. O que a operação urbana coloca como diretriz é uma taxa de ocupação máxima, que hoje esta em torno de 50%, passe a ser de 70%, com tanto que os 30% restantes sejam totalmente permeáveis, aumentando a taxa de ocupação. Abriremos a possibilidade de que os estacionamentos sejam construídos pra cima do solo, não no sub-solo, com isso o que se pretende, é uma taxa de permeabilidade maior, uma diminuição evitar os rebaixamento do lençol freático, diminuir custos de escavação e remoção de terra e diminuir custos de contenção, alem de proporcionar arborização interna aos lotes. Hoje nos grandes condomínios que a gente vê vocês podem perceber que a área plantada, que as plantas utilizadas dentro desses condomínios são de pequeno porte, por quê? Elas não estão sobre a terra, estão sobre uma caixa, sobre uma laje na verdade, não tem espaço para a raiz crescer. À partir do momento que aumentamos a taxa de permeabilidade, ou seja, esses 30% passam a ser efetivamente impermeáveis, você pode começar a plantar árvores de maior porte dentro dos lotes, isso contribui também, isso vem a se somar a propostas de áreas Verdes públicas. Isso é uma síntese do plano urbanístico que foi



desenvolvido até agora, onde a gente vê aqui em amarelo o sistema aviário que esta sendo proposto, o novo sistema aviário, abertura, em verde, o posicionamento dessas áreas verdes , aqui, ou seja, está se propondo um incremento grande de áreas verdes, isso é uma síntese do que foi feito até agora, então olha é esse o conjunto de propostas que esta sendo analisado nesse momento pelo CADES.

Coordenadora Helena Magozo: Quero agradecer ao Vladir pela apresentação. Eu queria avisar as pessoas que foram chegando durante a apresentação, que quem estiver interessado em falar, para algum esclarecimento, em se posicionar, é importante fazer a inscrição. Tem uma mesa aqui perto da porta de entrada, então as pessoas que estiverem interessadas em falar, ou se esclarecer, se posicionar, por favor, se inscrevam por que é necessária a inscrição para nós organizarmos a chamada. Se inscreva aqui do lado com o pessoal do CADES. Então, agora eu vou chamar para exposição a Laura Rocha de Castro Lopes, que é representante da equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, representante da empresa Walm Engenharia e Tecnologia Ltda. Eu queria só antes, me permita Laura, registrar a presença do Vereador Paulo Frange e também agradecer ao "Jornal da Gente" que também ajudou na divulgação da audiência pública.

Laura Rocha de Castro Lopes: Boa noite a todos, meu nome é Laura, eu sou arquiteta eu faço parte da equipe da Walm Engenharia que é a empresa responsável pela consultoria técnica para elaboração da EIA\RIMA da Operação Urbana Água Branca. O EIA, ele é um estudo de impacto ambiental. EIA é um estudo complexo que envolve análise dos aspectos do meio físico, do meio biótico e do meio sócio-econômico. Para elaboração desse estudo é composta uma equipe, que ela é multidisciplinar, ela é composta por profissionais de diferentes áreas. Para elaboração do EIA da Operação Urbana Água Branca, foi composta uma equipe por cerca de 20 profissionais, temos geólogos, geógrafos, engenheiros, arquitetos, arqueólogos, advogados. E que teve como base para o seu trabalho, algumas legislações, como por exemplo, a Resolução CADES 61 de 2001, a Câmara 1 de 86, e principalmente o Termo de Referência que foi aprovado em dezembro de 2007, pela SVMA, que definiu os principais aspectos a serem abordados no EIA. O resultado desse trabalho é um estudo composto por 4 volumes e que a gente vai apresentar hoje aqui os principais aspectos. O objeto do licenciamento do EIA\RIMA da Operação Urbana Água Branca, são os parâmetros do adensamento como o Vladir disse tanto como o demográfico, como o construtivo, que são propostos pra essa área, a partir dessa área, a mais de construção, do estoque de área adicional de construção, também os parâmetros de parcelamento de uso e ocupação do solo, que vão ser resultantes dessa proposta do plano urbanístico, os instrumentos de indução, de ocupação de solo, as formas de gestão compartilhada, a possibilidade da parceria público-privada, e todo o conjunto das 56 intervenções propostas dentro do plano urbanístico e no projeto de lei de revisão da Operação Urbana Água Branca. A gente tem algumas justificativas para essa revisão dessa lei, desse momento, e a elaboração da EIA\RIMA, então essa lei, a operação urbana Água Branca ela já existe. Ela foi aprovada na lei 11.774 de 1995, e ela é anterior, a lei do estatuto das cidades, que é de 2001, e regulamenta tanto a política urbana como a operações urbanas. Outra questão é a revisão dessa área adicional de construção pra usos residenciais e comerciais, já se passaram 15 anos da implantação da operação, e o cenário que se imaginou a 15 anos atrás, ele está se mostrando um pouco diferente, então é necessário a revisão e a adequação ao Plano Diretor Estratégico, é o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Lapa. Outro ponto também é o distrito da Barra Funda, ele tem a quarta menor densidade demográfica de todos os distritos do município de São Paulo. Temos uma relação alta de postos de trabalho por habitante, nesse distrito que é de 8, tem toda uma infra-estrutura instalada de transporte coletivo de alta capacidade, representado pela linha 3 – Vermelha do



Metrô e pela linha Rubi / Diamante da CPTM. Além da linha 6 que está no plano de expansão do metrô. Temos uma série de equipamentos de lazer e cultura nessa região que essa população vindo para essa área, esses equipamentos pode ser mais bem aproveitados. E também por esta área ter tido, o histórico de ocupação dessa área, ele é todo baseado num uso industrial, então tem uma necessidade de adequação dessa área aos novos usos que São propostos o residencial e os não-residenciais. Temos aqui no limite ao norte, Temos a Marginal do rio Tietê, entre a ponte da Freguesia do Ó e a Ponte da Casa Verde, a gente tem a linha férrea aqui, a Francisco Matarazzo, e a Rua Turiassú, e temos alguns equipamentos que se destacam nessa região, a gente tem aqui o Playcenter, o Memorial da América latina, o Fórum Criminal, o terminal intermodal, o estádio do Palmeiras, a casa das caldeiras e o SESC Pompéia. Para realizar o EIA\RIMA foram definidas 3 áreas, para os estudos do diferentes membros. Temos primeiro a definição da área de influência indireta - AII, que é uma escala mais regional, que para este estudo foi definido como município de São Paulo, porque a equipe imagina que uma intervenção no distrito da barra funda pode interferir de forma indireta em outras regiões do município. A segunda área definida foi a área de influência direta - AID, que ela tem uma diferenciação, que pro meio físico e pro meio biótico, essa área em roxo aqui, que ela é definida como perímetro da operação urbana, mais as 3 intervenções que estão fora do perímetro, e pro meio sócio-econômico, que é essa área maior aqui, corresponde aos limites da zona de pesquisa O.D. da pesquisa origem destino do metrô 2007, e pra área de influência, pra área diretamente afetada, pro meio físico e pro meio biótico, São essas áreas em Verde, que corresponde aos locais das intervenções propostas dentro do plano urbanístico, e pro meio sócio-econômico que é essa área amarela aqui corresponde a zona de pesquisa O.D. que estão dentro do perímetro da operação urbana Água Branca. Então, definida as áreas de influencia, foi elaborado o diagnóstico. Para o diagnóstico do meio físico foi trabalhado um total de 10 temas, então a gente trabalhou os aspectos do clima e condições climáticas, qualidade do ar, os aspectos geológicos, geotécnicos, geomorfológicos, os recursos hídricos superficiais ou subterrâneos e os níveis de ruído também, os níveis de ruídos. Eles são importantes para esse diagnóstico. São avaliados os níveis de ruídos de fundo, então foram definidos 16 pontos, onde foram analisados se atualmente nessa região esta dentro da regra da NBR 10.151 que definem os níveis adequados pro conforto da comunidade, desses 16 pontos analisados, 10 pontos foram identificados com valores acima dos níveis permitidos pela norma, e o maior ruído é o trafico de veículos. Outro ponto que nós temos que destacar no estudo do meio físico, são as áreas com potenciais de inundação e alargamentos, esse estudo foi baseados em duas fontes principais, os mapas das áreas potenciais de ocorrências de inundação na região metropolitana de São Paulo e nas informações do Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura, o resultado, fora identificado 5 locais mais freqüente de alagamento, o cruzamento entre av. Marques São Vicente e a Nicolas Böer, a Francisco Matarazzo e a Av. Pompéia, próximo a o viaduto Pompéia, cruzamento da Marques de São Vicente e a av. Ordem e Progresso, a Marques de São Vicente com a Praça Pascoal Martins, e o cruzamento da Gustavo Will e o Viaduto Antártica, outro ponto que tem que ser destacado do diagnóstico do meio físico, é o diagnostico das áreas contaminadas, como a gente já falou aqui, a primeira ocupação dessa área foi toda baseada no uso industrial, então esse trabalho foi realizado em duas etapas. Primeiro, a identificação das áreas oficialmente contaminadas, que estão presentes tanto no cadastro da CETESB, como no cadastro da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, então um é um cadastro estadual, o outro é um cadastro municipal. A segunda parte desse trabalho foi a identificação das áreas com potencial de contaminação e esse trabalho é todo baseado no mapa de uso e ocupação do solo, onde a gente identifica as áreas com alto potencial de contaminação, que são as áreas com uso predominante industrial, e as áreas com médio potencial de contaminação que são as áreas ocupadas com atividade de comércio e serviços, os postos de gasolina, os locais que tem oficinas mecânicas, garagem de ônibus a partir



da identificação destes locais, a equipe vai pra campo e faz todo o cadastro destas áreas e o resultado deste trabalho é um mapa que tem tanto as áreas contaminadas e tantas áreas com potencial de contaminação. A gente tem que destacar que nas áreas oficialmente contaminadas pelo cadastro do CETESB, tem dois postos de gasolina e pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a gente tem um conjunto habitacional e um estabelecimento comercial. O diagnóstico do meio biótico, analisou as questões referentes a vegetação, a presença de áreas Verdes, a presença de áreas de preservação permanente e os aspectos da avifauna. É importante a gente destacar que a vegetação característica dessa área, ela é uma vegetação característica de uma região já antropizada, já bem ocupada, então é uma vegetação típica de área urbana, então ela está distribuída em praças, em canteiros centrais de vias e na própria arborização do sistema viário, arborização urbana, só que para A.I.D a gente tem um representante que é bem significativo de vegetação maior, o parque Fernando Costa, o parque da Água Branca, e pra A.D.A os locais com identificação de maior numero de espécies, são os dois centros de treinamento, tanto o centro de treinamento do Palmeiras, como o do São Paulo. Para avifauna que estão relacionadas aos pássaros, da mesma forma que a vegetação, são espécies que elas estão acostumadas em condições menos favoráveis, mudanças de ambientes. Elas têm o que a gente chama de hábitos generalistas, e da mesma forma que pra vegetação o maior número de espécies que foi identificado no parque da Água Branca, e nos dois centros de treinamento, nos dois CT's. O diagnóstico do meio sócio-econômico analisou cerca de 18 temas, então, a gente analisou os aspectos da população da área de estudo, identificação com a população favelada, questões relacionadas a economia, educação, cultura, lazer, saúde, saneamento básico, habitação, os índices de qualidade de vida dessa população, o uso e ocupação de solo que incide sobre essa área, a legislação urbanística, o que o saneamento define pra essa região, os aspectos da estrutura e da paisagem urbana, do mercado imobiliário, sistema viário, as áreas passíveis de desapropriação, as questões relacionadas ao patrimônio histórico e a infra-estrutura. O uso e ocupação do solo que é a distribuição, pro uso e a ocupação do solo foram identificadas 11 classes de uso e a gente tem como destaque a classe dos comércios e serviços que representa 40% do total da área dada, que são essas áreas em amarelo e laranja aqui, a segunda classe identificada que ocupa maior área são os equipamentos sociais, que são essas áreas mais claras aqui, que são essas cinzas claro, que ocupam de 23 % da área de estudo, e os usos industriais que são essas áreas mais escuras aqui, concentradas nessa região e nessa região mais central. Outro ponto que a gente tem que destacar, do diagnóstico do meio sócio econômico, são as áreas para melhoramentos urbanos, que correspondem as áreas que estão previstas as intervenções do plano urbanístico, então, seja proposta já novas áreas verdes, abertura ou alargamentos ou adequação no sistema viário, então essas áreas são passíveis de desapropriação, são os locais onde podem ocorrer desapropriação, são essas áreas em amarelo aqui, então elas foram identificadas nesse momento, como blocos de desapropriação e a gente vê que a maior parte dessa área para desapropriação são áreas que atualmente são ocupadas por galpões, seguidos de comércios e serviços, residências e terrenos vagos, sendo que as áreas de galpão, comércios e serviços e terrenos vagos, ocupam uma área maior, uma proporção maior do que a área residencial. Os galpões são os que aparecem em maior quantidade representam 37 dos blocos de desapropriação. A partir do diagnostico das áreas de influência para os três meios, foram identificadas, a partir da super etapa de identificação dos impactos, identificação e avaliação dos impactos, o primeiro passo foi a identificação das potenciais ações que São geradores de impacto, então, pra cada fase do empreendimento, planejamento, implantação e operação, a gente identifica algumas ações que possam resultar em impacto, nos 3 meios, por exemplo, fase de planejamento que é a fase que a gente se encontra agora, a gente tem a divulgação da implantação do empreendimento, coleta de dados, trabalho de campo, por mente a gente tem o inicio do processo de comunicação de desocupação de imóveis, na implantação a



gente tem o tráfego de máquinas e veículos mais pesados na região, a gente tem as adequações do sistema viário que são necessárias, construção, desertificações destinadas as habitações de interesse social, a melhoria do sistema de drenagem, a criação das novas áreas verdes, e na fase de operação a gente tem o cenário do adensamento populacional proposto implantado e a implantação de todas as intervenções propostas pelo plano urbanístico e identificadas essas ações, parte-se para identificação dos impactos, que para o caso da operação urbana Água Branca, foram identificados um total 23 impactos, entre positivos e negativos, esses impactos, eles São classificados de acordo com atributos pré-estabelecidos, então por exemplo, a natureza se é um impacto negativo, se é um impacto positivo, se ele é um impacto temporário ou permanente, se é um impacto de média, alta ou baixa relevância, desses 23 impactos, 8 foram classificados positivos, 13 negativos e 2 como positivo ou negativo, por que na verdade a gente tem impacto que pode ser negativo na fase de implantação, e pode ser positivo na fase de operação. É importante a gente destacar, que a maior parte dos impactos corresponde aos impactos do meio sócio-econômico, representa 52% seguido pelo meio-físico que representa 31% e 17% os relacionados ao meio-biótico nesses impactos, considerando todos os impactos negativos, 46% foram classificados como de média relevância, 15% como de alta relevância, e os de positivo 100%, são considerados de média/alta relevância. Na segurança da população da ADA, a perda dos imóveis nas áreas para melhoramentos urbanos, a remoção dos indivíduos arbóreos entre os positivos a gente tem: melhoria da qualidade de vida da população da ADA, o incremento das habitações de interesse social e mercado popular, a maior disponibilidade de locais habitados pra faunas com a implementação das áreas Verdes e a eliminação dos pontos de alargamento inseridos na AID. Como eu disse pra todos os impactos a gente tem ações, nos negativos pra controlar, conversar e positivos potencializar ou ampliar. Essas medidas para a Operação Urbana Água Branca, elas resultaram no que a gente chama nove programas ambientais e cinco subprograma, então, a gente indica programa de monitoramento da qualidade do ar, programa monitoramento dos níveis de ruídos, programa de monitoramento da qualidade das águas superficiais, programa de gerenciamento da qualidade do gerenciamento das áreas contaminadas, o de gestão e de controle ambiental das obras, programa de comunicação social, programa de negociação de processo de desapropriação, o programa relacionada a prospecção arqueológica ao patrimônio histórico e o programa de monitoramento da operação urbana consorciada Água Branca. A equipe que elaborou EIA\RIMA acredita que todas as medidas propostas pra controle, os programas recomendados no EIA\RIMA forem implantados é possível a gente alcançar uma situação de conciliação, tanto nos interesses e obrigações de cunho social, a preservação ambiental e as questões legais, portanto, a equipe técnica que elaborou o EIA\RIMA da Operação Urbana Água Branca e conclui que a implantação e a Operação Urbana da Água Branca ela são ambientalmente viáveis e, portanto, a gente recomenda que a Licença Prévia Ambiental seja concebida pela Secretaria do Verde do Município de São Paulo. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Como foi dito as pessoas que tenham interesse em falar, perguntar, esclarecer tem que se inscrever antes aqui na mesa do lado da porta. Nós vamos fazer por blocos, nós fazemos um número x de questões, ai as pessoas da mesa respondem e depois outro bloco. Então, vamos começar pela lista de manifestação das entidades: Ros Mari Zenha, Conselheira do CADES da Secretaria do Verde, eu já vou pedir para a Lucila Lacrete e para a Cleide Presidente do CONSEG\Lapa para ficarem a postos depois da Ros Mari Zenha.

Ros Mari Zenha: Eu queria me apresentar meu nome é Ros Mari Zenha. Sou conselheira do CADES da Secretaria do Verde do Meio Ambiente, eleita pela comunidade representando a Região Centro Oeste 1 que abarca. a Lapa, Butantã e Pinheiros. Nós tivemos a oportunidade na semana passada numa parceria e com apoio do jornal da Gente, fizemos na Faculdade Flamingo



uma reunião prévia com técnicos e com a população para discutir o conteúdo EIA\RIMA e, eu gostaria de informar aos senhores que na primeira reunião da Câmara Técnica que está estudando esse conteúdo eu entreguei em nome da comunidade que eu represento um documento bastante detalhado, colocando uma série de pontos que estão vagos ou precisam ser objeto de um detalhamento maior nesse EIA\RIMA antes que seja dada qualquer eficiência ambiental, para que a operação urbana seja encaminhada. Esse documento eu passei agora novamente aqui, já protocolei e as questões eu não vou tempo de detalhar, por isso nós estamos fazendo as reuniões com as comunidades anteriores porque aqui o tempo é muito pequeno e eu gostaria de começar minha intervenção dizendo o seguinte: Primeiro que nós precisaremos ter muitas audiências públicas, quantas forem necessárias para que sejamos todos esclarecidos, isso significa que essa conversa nossa não vai terminar em duas audiências públicas, quantas forem necessárias pra que a gente tenha clareza quais vão ser esses impactos. E os pontos que eu detalhar agora de uma maneira breve que eu me disponho inclusive a dar o conteúdo mais detalhado pros que tiverem interessados são os seguintes: 1º queremos a compatibilização, estudo de compatibilização dessa operação urbana com as demais intervenções que vão ser feitas no perímetro dessa operação urbana, para os senhores terem uma noção estão previstos para mexer nesse perímetro a operação urbana Água Branca, a Operação Urbana Lapa-Brás, a implantação de dois elefantes enormes que é a Arena multiuso do Palmeiras e a futura fábrica dos sonhos, ou seja, estas coisas todas tem que ser estudadas em conjuntos, isso é obvio na área técnica e tem estudo na operação urbana esquecendo que vai ter uma Arena multiuso do Palmeiras que os dados de ruídos inclusive vão ser totalmente diferentes isto não está contemplado. Então essa compatibilização é necessária. 2º ponto a questão de estudo da capacidade de suporte viário. Eu pedi oficialmente que esse estudo fosse entregue, e eu pedi que fosse entregue antes dessa audiência pública, e gostaria de deixar aqui firmado que eu acabei de recebê-lo agora, portanto não há condição objetiva de se analisar tecnicamente o conteúdo dessa possibilidade de capacidade de suporte, sem um estudo mais apurado que nós da comunidade devemos fazer a posterior. 3º ponto a questão das edificações pra população pobre, a operação urbana que é de gente hoje a da lei que foi feita na época do prefeito Paulo Maluf, ela previa áreas para construção de habitação de interesses social e habitação do mercado popular, ocorre o que toda a população pobre que vivia nesse perímetro já foi posto pra fora, ou foi dado três mil reais, cinco mil reais, enfim, limpavam as favelas que lá se encontravam, isso não significa que não exista, e eu gostaria de pedir os colegas que estão representando as comunidades, vejam com detalhes quais foram as áreas dessa operação urbana destinada do mercado popular e habitação de interesse social até privilegiando quem lá morava a época em função das suas raízes e da necessidade de que tinha naquele momento. 3º ponto variante meio físico, o clima de São Paulo mudou, ele é um clima mais quente, menos úmido, tem mais tempestade e menor intervalo de tempo, o EIA\RIMA tem que levar isso em conta, que alterações no futuro vamos ter na área em função das mudanças climáticas que estão ocorrendo em São Paulo e isso não foi feito. 3º ponto a questão do nosso patrimônio arqueológico, fabril e arquitetônico. Nós conversamos na reunião que houve a primeira reunião do CADES e lá estava presente o diretor do DPH arquiteto Valter Pires que se comprometeu a conversar com a SP-Urbanismo para rever a questão do patrimônio e inclusive do patrimônio fabril da área, eu não tive ainda nenhuma resposta sobre essa reunião, portanto é outro ponto que nós precisamos discutir antes de conversar com mais detalhes sobre o conteúdo terceiro ponto que eu gostaria de colocar a questão dos aquíferos, dos aquíferos como então, disse o colega da SP-Urbanismo que eu concordo plenamente, é uma área de solos extremamente frágeis, nós temos na várzea do rio um aquífero ele é praticamente um aquífero muito próximo a superfície que vai exigir cuidados muito grandes quando for tratado e a bacias de drenagem eu gostaria de dizer, que nós temos cinco, cinco córregos na área, portanto são cinco bacias de drenagem, não é só Água



Preta e Sumaré e essas cinco bacias de drenagem elas se ligam a bacia de drenagem do Alto do Tiete que é a bacia mãe, hoje em dia os estudos de drenagem tem que ser feito como um todo, no sistema estudar duas bacias de drenagem somente vai resolver problemas pontuais, portanto nós pedimos que estudo sejam feitos pra bacias como um todo, e finalmente, gostaria de dizer que a área, o perímetro da área não tem equipamentos públicos que possam comportar o incremento de população que se pretende fazer. Não há equipamentos de saúde, não há equipamento educacional ao que me consta isto não está previsto no plano orçamentário que esta sendo hora discutida pela Prefeitura de São Paulo. Terminando que os senhores tenham uma noção, hoje os setores que foram aqui apresentados contendo 29.000 habitantes, prevê-se para 2025 um incremento de 86.000 habitantes para que essa área venha a suporta o total de 117.000 habitantes, eu pergunto: com que equipamentos coletivos? Com a capacidade de suporte do solo, um patrimônio e inclusive o que tem que ser destinado para habitação de interesse social. Era isso que eu queria dizer, dizendo que obviamente nós teremos que fazer novas reuniões pra ter mais clarezas sobre esse licenciamento ambiental, muito obrigado.

Cleide Coutinho: Primeiramente eu quero parabenizar aos munícipes pela grande presença aqui numa audiência tão importante que está decidindo o futuro do nosso bairro, que quer decidir depende de nós. Para quem não me conhece eu sou Cleide Coutinho presidente do conselho comunitário de segurança do CONSEG da Lapa. E a nossa preocupação aqui, é que eles apresentaram para nós um crescimento de com proposta de melhorias, mais empresas, sistema viários, urbanização, mais fizeram estudos de todos os aspectos menos um o da segurança, hoje nós sabemos que o crescimento dos ordenados do bairro tem trazido grandes transtornos, arrastão em condomínios, a fiscalização aqui na Lapa aqui na nossa região cada dia mais vem crescendo, nós temos prédios, cada empreendimento, cada dia novo surge um empreendimento fora os supermercados, shopping e agora Arena do Palmeiras, agora estamos caminhando por pesadelo, quero afirmar isso pra vocês, caminhando com pesadelo e me admira muito hoje numa audiência tão importante do qual é decidido as questões somente um vereador que está aqui presente que é Paulo Frange cadê os demais vereadores, que dizem lutar por nós, que dizem defender e que querem tanto aprovar essa operação urbana aqui. Então, quero parabenizar o vereador Paulo Frange quero também dizer que o senhor sozinho para nós não significa muito coisa, porque precisaríamos de quem repasse lá o que está sendo discutido aqui. Mas nós temos todas as comunidades aqui presentes para estar apontando aos demais vereadores, porque assessores não substitui os vereadores aqui, teria que ter viu, Natali, assessor do Police Neto teria que estar presente o Police Neto e não assessores. Desculpe. Voltando na segurança nós estamos aí com graves problemas coma verticalização e o crescimento desordenado do bairro, hoje nós temos também o Poupatempo que está vindo aqui pra Lapa, então não está sendo feito um estudo do crescimento do bairro e da população do bairro, nós temos grandes problemas efetivos policiais não se formam da noite pro dia. Vou me focar numa pequena operação urbana que eu digo só para vocês terem uma idéia que é a da Arena do Palmeiras. Estão querendo construir Arena para aderir mais 45.000 torcedores. Hoje uma operação de dias de jogos, envolve todo, quase todo efetivo da nossa policia, policiais tem que fazer escolta de ônibus, ficar controlando as torcidas, fazendo revista, nos dias de jogos são pedidos reforços para a guarda civil metropolitana, força tática, ROCAM, policia militar e a população e os moradores como que fica. Isso não está sendo discutido e nem analisado, na operação urbana não poderia estar faltando estudo da segurança, aumenta a população, aumenta os empreendimentos e cadê os estudos do que isto vem trazendo por de traz pra nós relacionado a segurança, hoje o bandido já mudou de foco, o foco do bandido de hoje é assalto aos shoppings, joalherias, condomínios, prédios só pra ter uma idéia, nós temos aqui o SESC Pompéia sabe qual é a rua mais considerada com mais furtos e roubos a Barão do Bananal é conhecida por toda a imprensa, por todas as



peças que ali você deixa o seu carro ele vai embora, porque, por causa desse adensamento, desse crescimento desordenado e ainda querem trazer uma operação urbana pra prejudicar mais ainda, nós não estamos ter controle nem do que dessas questões básicas, porque não procuram resolver o problema das enchentes, que isso sim resolveriam as nossas questões e agora querem trazer todo um complexo prometendo um monte de coisas aí social e aí a gente não ver nenhum trabalho efetivo, sem contar que não está sendo feito o estudo do lixo, a população aumentada mais lixo, nós sofremos muito com o lixo aqui na região não conseguimos controlar e nem fazer funcionar uma empresa de limpeza urbana, quanto o mais o resto fica aqui a minha indignação não concordo que seja discutido assim em cima da hora, em uma audiência, precisa de várias e a concretização das pessoas é o primeiro passo, e aí vamos pensar nas contrapartida que pelo meu modo de ver não tem muito, se não tiver segurança essas contrapartidas não significam nada para nós. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos chamar a Dulcineia Prasteano, Instituto Vacionista, pedindo para Jupira e a Ana Salles ficarem a postos depois da Dulcineia.

Dulcineia Prasteano: Boa noite a todos e a todas, como disse eu sou a Dulcineia sou assistente social que trabalho numa ONG, ali depois da linha do trem no Instituto Vacionista. Estou aqui pra estar reafirmando o que a Ros Mari já falou colocando um pouquinho que a Cleide também já falou mais assim usando as palavras da Cleide o meu sentimento agora é de indignação mesmo, porque é um verdadeiro retrocesso se a gente for pensar na questão da moradia das pessoas que estão do outro lado da linha do trem, do Cingapura Água Branca e das comunidades que elas se colocam eu tenho aqui alguns representantes de lá e é muito triste a gente vê de novo que as pessoas que moram lá que São pobres, vão ter que sair daquela região de novo, pra mim é um verdadeiro retrocesso a gente avançou várias vezes já dizendo que as pessoas nasceram lá, criaram vínculos de trabalho lá, de escola lá e agora em nome de uma população média que está vindo de um lugar pra ter metrô fácil, transporte fácil, vocês vão tirar de novo os pobres de lá, já tiraram ADI os números de vocês não aparecem na comunidade de lá, nós temos o Cingapura, nós temos os “predinhos” construídos na época da Erundina, nós temos as casas que são de construção de mutirão, nós temos mais de 600 famílias morando lá. Isso não faz parte do número de vocês, e eu fico mais assustada ainda quando vocês falam de apropriação que com certeza vão ser essas pessoas que vão sair, quando ela falou mostrou a linha e a gente ficou ali colocando devia falar aonde que é, que tínhamos companheiros que já participaram da saída da Aldeinha, onde a gente foi colocado favela Aldeinha que foi saiu, que deram 5.000 mil reais para quem era solteiro e 8.000 mil reais para quem era casado, eu nunca conseguir comprar uma casa com 5.000 e nem com 8.000 eu acho que tem que ter uma conversa com a habitação que ninguém comprar casa com 5.000 mil e nem 8.000 mil reais, no máximo deve outro “boom” e ainda brinquei, no “boom” imobiliário de barracos porque as pessoas conseguiram fazer barracos do outro lado então o dinheiro público foram pra lá fizeram barraco de novo essas pessoas vão ter que sair de lá porque ninguém me respondeu pela questão da habitação de novo tem casinhas ali perto no José Borison que não foi citado aqui, mas ela aparece no plano que a gente está estudando que a gente sabe que vai ter desapropriação e quando você falam de desapropriação vocês estão falando da população que estão lá que não está sendo contado os números de vocês e a gente pede de novo pra que essas pessoas continuem morando lá, porque vocês pensarem de colocar gente morando lá, vocês deveriam ter contado primeiro com quem já mora lá. Não pensar de colocar pessoas de fora pra morar lá isso é um absurdo. Tem muita gente lá que pode trabalhar lá, nas empresas e não pensar trazer gente de fora pra lá, então eu estou indignada, a palavra é indignação com que acabei de assistir aqui.



Coordenadora Helena Magozo: Então vamos chamar a Jupira. Jupira é moradora.

Jupira: Boa noite sou moradora da Água Branca, sou do movimento SOS Parque da Água Branca vou só reiterar, de certa forma, tudo que a Ros Mari já falou, gostaria de reiterar o pedido que a gente tenha outras audiências públicas, tantas quantas forem necessárias para que todos nós possamos entender de fato, contribuir com que está sendo proposto aqui e gostaria que fosse esclarecido o que eu acho que a apresentação e também de alguns materiais que foram feitos por escritos, os equipamentos públicos que vão ser feitos aqui na região, por exemplo, o que for apresentado aqui com equipamento de lazer, por exemplo, são todos equipamentos caros, particulares, para isso a gente precisa ter muito dinheiro e, principalmente, do outro lado da linha de trem praticamente não existe equipamento público, não existe escola, não existe hospital, não existe posto de saúde, então seria importante que isso fosse apresentado numa forma mais explicitada tanto nas apresentações para que a gente possa conhecer, mas também por escrito que o governo, o que o poder público está prevendo em relação a isso. Acho que em relação a segurança já foi falado também e já foi falado aqui, áreas verdes o Vladimir apresentou já, uma grande, uma porção que já está sendo previsto grande área verde, minha pergunta é se entorno dessa área, ela será aberta ou ela vai ter em seu entorno prédios de alto padrão? Fazendo que isso fique uma área verde restrita para quem possa morar aí. Digo isso porque é comum que isso aconteça, a gente sabe que alguns anos atrás que havia uma previsão desse tipo de coisa e a preservação do entorno dos parques, então qual é o gabarito que está sendo previsto, por exemplo, no entorno do parque da Água Branca uma vez que nós já tivemos problemas em relação a nascente do parque por conta do prédio que mexeu no lençol freático, hoje o parque tem uma APP que é uma área de proteção permanente, ela tem duas nascente, olhos d'águas e corre-se um grande risco de um entorno do parque a partir do que for construído lá prejudicar uns dos mais importantes equipamentos nosso de preservação do verde, é isso, e outras preservações já foram ditas. Obrigada.

Lucila Lacrete: Boa noite a todos. Meu nome é Lucila Lacrete sou Diretora do Movimento Defesa São Paulo. Esses slides que eu vou passar são todos públicos e foram apresentados em algumas reuniões do CADES que é o Conselho Municipal do Meio Ambiente da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que promoveu essa audiência pública, eu quero chamar atenção, que a superação urbana ela começou de uma lei promulgada em 1.995 e ela dizia o seguinte aqui estão os objetivos principais e ela queria criar um contra ponto densamente da Avenida Berrini e proposta foi criar justamente 900.000m² adicionais de comércio e serviços porque aqui deveria ser um pólo de geração de empregos e 300.000m² para uso residencial, isso porque os bairros em volta já são bastante densos e como ela se desenvolveu um arquiteto da SP Urbanismo, Bartalini ele explicou muito bem, que essa operação ele patinou, patinou e só teve um interesse do mercado imobiliário a partir de 2006 e o que aconteceu a partir de 2006, o estoque residencial que é de 300.000 mil ele já 140.000 mil já foi consumido e tem na fila 328.000m² de empreendimentos que estão esperando para entrar na operação urbana e poder construir mais do que o zoneamento permite, eu quero que os senhores por favor prestem muita atenção nesse quadro porque esse quadro diz tudo, diz o real objetivo dessa futura operação urbana que se quer implantar e nos 900.000m² de comércio e serviço e outros usos, só foram gastos 175.000m² e tem na fila 128.000 mil para ser aprovado, o que esse quadro significa que o mercado imobiliário em que pese área que foi designada como uma grande geração de emprego de outros usos que não residencial, o mercado imobiliário só se interessou pelo uso residencial e assim fez e pelo jeito parece que a força é tão grande que vai mudar a lei para construir o que quer aí nós perguntamos, isso está correto, isto está bem dimensionado, realmente esse objetivo da operação urbana porque ao que consta ao Plano Diretor do estatuto



da cidade disse que a operação urbana é para gerar melhoria para comunidade e que melhoria foi gerada até o presente momento, até o presente momento pelos dados também oficiais entraram 88 milhões eu vou arredondar 900 mil reais isso é muito pouco, para adotar a infraestrutura que esse excesso de construção gerou, vocês que moram aqui na região sabem muito bem o quão congestionada são as ruas dessa área toda e vai piorar e vai piorar muito, porque as obras que tinham que ser feitas nessa operação urbana que está em vigor nenhuma foi feita ainda e que garantia nós temos que toda infra-estrutura necessária para absorver mais 86.000 mil pessoas será feita antes desse adensamento de forma que exista o planejamento harmonioso, aqui é área da operação urbana e eu vou mostrar para vocês este mapa é o mapa de zoneamento atual que a lei do plano regional estabeleceu quase toda essa área que está cinza, é uma zona mista 3A, zona mista 3A pode fazer todo os usos e construir os prédios até duas vezes e meia área do terreno, mas isso não basta dá para fazer construção de prédios residenciais, de escolas, de hospitais, de comércios, enfim, de todos os usos mais isso não basta tem que ter mais porque a operação urbana permite até 4 vezes área do terreno porque se no limite felizmente está no Plano Diretor e permite que você ocupe mais o terreno em vez de ser 50% da ocupação do lote, pode ocupar até 70% e todos os outros índices de urbanísticos de controle de edificação caem por terra, ou seja, operação urbana é quase que um "liberou geral", então você tem um limite máximo você paga muito pouco por esse adicional até agora a Prefeitura não comprovou o que ela cobra, que se chama outorga onerosa, para essa construção a mais, é capaz de pagar a infra-estrutura que esses prédios enormes geram até agora não comprovou e também não está fazendo está conta de comprovação futura, então, nós todos aqui senhores estamos pagando a conta dessa organização e a "infrabilização" de varias áreas da cidades porque nós não temos a infra-estrutura até que se falar que aqui tem transporte generoso, mas não é tanto assim, de áreas verdes por exemplo a organização mundial de saúde tem que ter no mínimo 12m² de áreas verdes por habitantes, sabe quanto esse trecho está prevendo 6,1 ou 2% m² de área verde que uma senhora declarou numa reunião do CADES, ou seja, a metade então, que qualificação do território é esse? Outra coisa importante de se falar é a questão das grandes glebas, quando uma gleba enorme é loteada a lei DEMA que é uma lei federal estabelece quem faz o loteamento tem que doar 40% ou 30% de áreas verdes e viário, que ela vai gerar, acontece que na operação urbana está sendo prevista a abertura de várias ruas, isso se significa que numa gleba grande se a prefeitura abre, desapropria a faixa de rua, o empreendedor não precisa doar nada, então isso é um negócio, não é nem da China é um negócio fantástico, é um bilhete de loteria premiado, então, a coisa não é bem assim eu acho que tem ficar muito claro quais são as reais pressões para ocupação dessa área, porque se fosse ter esse público, por exemplo, haveria um plano de drenagem dessa área já pronto, onde está o plano de drenagem, não tem plano de drenagem só que tem plano para construir 1.200m² além do coeficiente 2,5 gente tem que atentar muito bem para isso, a quantidade de metros quadrados e as 86.000 mil pessoas que vão morar aqui. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Vou pedir agora para o Vladir e para Laura responderem as questões e os questionamentos, por favor.

Vladir Bartalini: Começando pela questão da Ros Mari ela falou da compatibilização dessa Operação Urbana e com Operação Lapa-Brás, só queria deixar claro que a Operação Urbana Lapa-Brás não existe ainda é uma diretriz é um projeto que está sendo previsto pela prefeitura, então essa compatibilização terá que ser feita quando a Operação Urbana Lapa-Brás for de fato estudado. Com relação a Arena multiuso e a Fábrica dos Sonhos, a Arena do Palmeiras ela é um empreendimento particular, ela é geradora de impacto e deve, portanto, seguir a legislação vigente por que existem medidas mitigadoras a serem tomadas o que não me parece correto é



fazer que a operação urbana arque com as medidas de mitigadoras de um empreendimento privado acho que isso não pode acontecer, com relação aos estudos de capacidades de suporte ele foi encaminhado ao CADES já conforme solicitado, enfim está a disposição do CADES. Ele foi encaminhado ao CADES semana retrasada. Com relação a habitação do interesse social, nesse momento está sendo feito uma desapropriação de um terreno para implantação da habitação de interesse social um terreno de mais ou menos 9.000m², para atender uma demanda que nos foi passada pela Secretaria da Habitação, que disse que atualmente a demanda é com 250 moradias, lá existe 250 famílias e moradores em favela esse é o número que a Secretaria da Habitação nos passou. De imediato está sendo desapropriado um terreno, caso existam outros domicílios em favela nada impede que a Operação Urbana possa atender isso também, nós trabalhamos com a demanda que a Secretaria da Habitação nos passa. Que região? É na Av. Marquês de São Vicente, não sei o número agora no site da EMURB tem a indicação dessa área com relação ao patrimônio arquitetônico e a solicitação de uma reunião a disposição do diretor do DPH, fazer uma reunião conosco realmente aconteceu na demanda do CADES e uma outra questão que também foi levantado por representantes da SIURB com relação a drenagem proteção das cabeceiras de drenagem e reunião com SIURB já foi feita a reunião com o Departamento de Patrimônio Histórico? Não. Será feita, não conseguimos agenda ainda. Com relação aos equipamentos públicos o EIA\RIMA apontou que há uma insuficiência de equipamentos públicos então nós estamos nesse momento trabalhando no dimensionamento desses equipamentos, ou seja, precisamos saber de quantas escolas, quantas creches, quantos postos de saúde serão necessários para atender esse incremento populacional. Isso não é um trabalho muito fácil, existe uma metodologia a gente precisa saber que pessoas são essas? Qual é a faixa de renda que costumam utilizar os equipamentos públicos já que esses equipamentos de saúde e educação eles são fornecidos também pela iniciativa privada. Então, uma parte desse incremento populacional deverá usar equipamentos particulares: escolas, hospitais, postos de saúde particulares, uma outra parte deve usar os equipamentos públicos então nós estamos nesse momento desenvolvendo uma metodologia para se chegar no dimensionamento desses equipamentos públicos. Com relação ao posicionamento da Cleide, ela fez uma relação aí entre insegurança, verticalização desordenada. Que eu não conheço, não concordo. Se fosse assim, todas as áreas que não são verticalizadas sejam plenamente seguras. Que não é verdade. Então, não existe essa relação direta entre verticalização e aumento da insegurança. A Arena do Palmeiras não é projeto da Operação Urbana, ela não fez uso da Operação Urbana, ela usa os parâmetros da lei do zoneamento do Plano Regional da Lapa, ela não aderiu a Operação Urbana Água Branca. Com relação a Ducinéia que se mostrou indignada. Só queria dizer para ela que essa indignação não se justifica porque o Cingapura e as casas do mutirão não serão retiradas. Isso não faz parte do projeto da Operação Urbana, simplesmente não faz parte! Não existe nenhuma desapropriação em curso naquela região, nenhum prédio do Cingapura e nenhuma daquelas casas do mutirão estão sendo atingidas por desapropriações e nem se prevê a retirada dessa população de lá. Ao contrário está sendo desapropriado um outro terreno para atender a população moradora da favela. Então, essa indignação não se justifica. A Jupira falou de equipamentos públicos. Tentei responder, está sendo feito esse dimensionamento para gente saber. Exatamente quanto. Exatamente, não! Ou seja, tem uma ordem de quatrocentos equipamentos públicos, e que área de terreno é necessária para eles, até pra que a gente possa saber quanto eles vão custar, e incluir isso uma parte desse custo nos custos da Operação Urbana. Com relação aos entornos das áreas verdes que a Jupira perguntou se serão públicas ou não, todas as áreas que são parceladas quando elas destinam áreas verdes e áreas para sistema de viário. Ou seja, essas áreas verdes são públicas! Se o entorno delas vai ser de prédios de alto padrão ou de médio padrão ou baixo padrão é uma outra história o fato é que áreas verdes destinadas são públicas. Ninguém pode impedir que a população acesse as áreas verdes que vem



desse parcelamento. Com relação a proteção dos lençóis freáticos a gente mostrou aqui algumas das diretrizes que a gente pretende adotar, ou seja criar, uma série de mecanismo para que os sub solos sejam protegidos e para que os estacionamentos sejam construídos sobre o solo. Essa é uma preocupação nossa também de preservar os lençóis freáticos, ela é uma preocupação ambiental e econômica também. Com relação as questões que a Lucila colocou seria realmente em noventa e cinco a idéia que esse Operação Urbana configura-se um pólo de serviços a leitura que se tem hoje é que essa região já é um grande pólo de empregos, ela já tem muita pessoas trabalhando, é o que a gente mostrou são oito empregos por habitantes, mais ou menos cinco vezes mais do que a relação existente no bairro de Santa Cecilia, ou seja, existe muita gente trabalhando e pouca gente morando nessa região. O adensamento residencial nessa região é uma diretriz do próprio Plano Diretor Estratégico, além da Operação Urbana Água Branca delimitou uma série de áreas ao longo das ferrovias com outras operações urbanas, ou seja, é uma área de adensamento residencial e não residencial, ela falou que é na maior parte da região amazonas mista 3A onde o coeficiente de aproveitamento máximo é dois e meio, de fato, só que queria chamar atenção para o seguinte: se não existisse a Operação Urbana os empreendimentos poderiam chegar a esse coeficiente 2,5 chegando a esse coeficiente de 2,5 eles construiriam muito mais do que aquilo que a operação urbana está prevendo, ou seja, haveria um adensamento muito maior se não existisse a Operação Urbana, esse adensamento não geraria recursos nenhum para região, isso é importante dizer, os recursos da operação urbana são voltados para a região, se não existe Operação Urbana esse recursos vão para outra conta que não é para a região, essa afirmação também não corresponde a verdade, então um coeficiente de 2,5 pode ser alcançado se não existisse a Operação Urbana e esses recursos iriam para o fundo municipal da habitação. As grandes glebas hoje existentes, quer dizer, se a gente não tiver alguma atitude em relação ao parcelamento delas; elas podem, porque a lei permite, fazer condomínios, ou seja, a gleba da telefônica, Gleba Pompéia, que é a gleba vizinha, elas podem construir pelos parâmetros da lei de zoneamento podem fazer um condomínio, fechar aquelas áreas, então quer dizer a gente precisa ter algum instrumento que faça com que essas áreas sejam de fatos parceladas. O plano de drenagem está em curso nesse momento, ele deu conta dos principais problemas, dos principais pontos de alargamento que são gerados pelos córregos que compõem a bacia do Sumaré e Água Preta, existem outros córregos na região, sim, existem o da Água Preta e Sumaré, são os que geram os piores problemas, então nós começamos as ações estruturais por aí, podem ser feitas outros estudos de outras bacias, só que queria deixar claro o seguinte: que a gente não pode imaginar que a Operação Urbana Água Branca vai fazer projetos para a Bacia do Tietê, não teria cabimento, a Bacia do Tietê é muito maior do que a área Operação Água Branca, então a gente pode complementar esses estudos até na área de influência direta, uma área um pouco maior, de seguinte da operação da Água Branca, agora a operação Água Branca tem um raio de ação relativamente restrito, é a sua área e o entorno próximo, as outras bacias devem ser estudadas com outros recursos, devem ser feitas de outra forma.

Laura Rocha de Castro Lopes: A Lucila falou da questão do índice das áreas verdes por habitantes. Ele é 6.4m² por habitantes, atualmente, outra questão que eu queria responder é para a Sra. Ros Mari é a questão das mudanças climáticas que no EIA/RIMA podem não existir a expressão mudanças climáticas, mas os aspectos relacionados a eles foram tratados.

Coordenadora Helena Magozo: Vou pedir agora para se manifestar a Ana Sales do CONSEG Perdizes, pedindo para já estar preparado para se colocar, o Sérgio Reze e o Benedito Roberto.

Ana Sales: Boa noite a todos. Meu nome é Ana Sales, sou presidente do CONSEG



Perdizes/Pacaembu, nós estamos aqui todos nós buscando uma cidade justa, o que é uma cidade justa é uma cidade que se respire, que consiga trafegar com segurança, com qualidade de vida é isso que nós queremos aqui. O que nós questionamos aqui é que nós estamos a beira de grandes empreendimentos de grandes construções que querem gerar um desenvolvimento para pessoas que virão, mas não se pensam nas pessoas que estão aqui no local, essa é a grande diferença, qual é a qualidade de vida que nós temos aqui, qual a qualidade de vida que vamos ter quando esses empreendimentos chegarem porque a situação aqui já é grave, não se quer levar em conta o Palmeiras, não se quer contrariar o Palmeiras, como não se levar em conta o Palmeiras se é o poder público que autoriza a obra? Isso é uma coisa absurda, absurda em falar isso. O Palmeiras, a Arena Palmeiras ele se encontra na Rua Turiassú com a Avenida Francisco Matarazzo, a Francisco Matarazzo é uma das principais vias que nós temos aqui que está completamente congestionada, junto com essa Operação Urbana Água Branca, mais o Palmeiras, nós não vamos mais andar aqui, como não associar a segurança pública em relação a isso? Onde há tráfego, há assaltantes, a Avenida Francisco Matarazzo é maior pólo de assaltantes que nós temos aqui na região eu mostro o boletim ocorrências, toda hora nós temos reclamação na reunião CONSEG Perdizes da Francisco Matarazzo por quê? Porque o trânsito não anda é obvio isso, agora nós não vamos levar em conta o poder público que pela constituição é o poder que deve fiscalizar, é o que deve autorizar, é o que deve nos proteger, proteger o meio ambiente diz para gente que não tem relação nenhuma com aquilo que não vai arcar com isso, como não vai arcar com isso se é ele que fiscaliza é ele que dá a autorização, nós não vamos arcar com isso, eu não estou autorizando obra nenhuma, então eu acho isso um absurdo, tem que analisar a situação sistemática é um todo isso aqui é uma região, o Palmeiras não está isolado, o Palmeiras está no meio, está no meio não há como se desconsiderar isso é uma questão de lógica, qualquer mortal entende isso vai haver um impacto imenso, num dia de chuva ali, quando houver alagamento, porque a alagamento quando houver alagamento, os moradores vão sair de barquinhos, se conseguir saírem de barquinhos porque as ruas vão estar lotadas e o trânsito não vai andar, se não forem assaltados e os enfrentamentos que existem ali já em dia de jogos com policiais são imensos, onde há adensamento populacional há problemas de violências, problemas de saques, problemas de segurança, esta questão tem que ser discutida, isso é uma coisa que qualquer policial militar que vocês perguntarem, qualquer policial militar onde tem grande quantidade de população, onde tem grande quantidade de pessoas tem problemas de segurança, claro que tem, claro que tem, é propício para o ladrão agir, agora a questão que nós temos aqui, apesar da segurança ser extremamente importante, nós estamos discutindo aqui esta ocupação, esta ocupação sem terem sido tomadas as providências preliminares que para mim, resolver enchentes, resolver problemas de alagamentos é uma condição primordial não dá para falar em obras posteriores sem antes resolver os problemas que já existem como que pode empreendimentos milionários, assim astronômicos sem resolver os problemas que a gente tem? E como você comprar um apartamento de duzentos mil reais e você está devendo no banco? Como é que você vai pagar a primeira dívida que você está devendo? Tem noventa milhões em caixa, nessa Operação Urbana Água Branca e até agora nós não vimos nenhuma solução em relação a enchentes, pelo contrário já havia um projeto aprovado, esse projeto não sei porque foi abandonado e agora está sendo feito um novo projeto que custa uma fortuna, nós queremos soluções, não queremos mais problemas. Chega de problemas, queremos soluções, vão vir problemas que não vão ter mais soluções, na hora que chegar o caos não tem mais solução. Eu vou falar uma coisa para vocês que é a verdade que eu estou repetindo isso, repito toda hora no jornal isso na hora que chegar o caos, não tem mais solução é agora? A gente tem que realmente se unir e fazer alguma coisa para inventar, porque na hora que chegar o caos, mudou o governo, mudou o prefeito, mudou tudo não adianta mais vai ser o outro que vai ter que lidar com essa situação e aí, e aí nós não tomamos nenhuma providência, nós não contestamos, não



nos rebelamos, não fizemos nada, então eu acho que o meio ambiente é uma qualidade de vida do morador primeiro a nós depois os do que virão e a gente tem que debater isso publicamente, como a Ros Mari muito bem falou, faço as palavras dela minhas, realmente ela abordou com muita técnica, com muito conhecimento nós aqui somos meros leigos, a gente não sabe debater a gente fica a mercê do poder público que tem todo um conhecimento, todo arsenal para discutir isso, nós não temos arquiteto, não temos engenheiros, ficamos aqui a mercê, ou seja, a gente realmente debate aqui com nossas palavras simples de moradores ou falamos aqui, nós não queremos isso nós queremos que levem em conta a nossa situação, não adianta isso é muito bonito, muito técnico mas não é a palavra do dia-a-dia nosso, a palavra do dia-a-dia nosso é o seguinte: a gente não quer mais enchente, a gente quer segurança, a gente quer uma cidade justa que a gente consiga viver, transitar, trafegar e ter segurança para gente e para as próximas gerações, o grande problema é esse, eu já vou finalizar hoje somos nós, mas amanhã são os nossos filhos, nossos netos, nossos bisneto, nós temos que cuidar hoje para a futura geração.

Coordenadora Helena Magozo: Sérgio Rezi, por favor, eu pediria que o Benedito se preparasse para depois expor.

Sérgio Rezi: Boa noite gente. Bom eu queria pegar um pouquinho o gancho que a colega falou a respeito da questão da respiração. Há poucos meses atrás, a gente teve uma situação muito crítica na condição de respirar um ar minimamente saudável na cidade de São Paulo, tanto que a gente ouviu uma decretação de estado de emergência no momento por conta da saturação do ar. Eu acho assim, qualquer empreendimento proposto tem que ter um foco como vocês que elaboraram EIA/RIMA dizem de melhoria da qualidade de vida e uns dos pontos desse estudo, foi apresentado muito rapidamente aqui, eu pergunto? Alguém aqui conseguiu ler esse relatório inteiro? Não, alguém entendeu porque é extremamente complexo? Em duas audiências públicas uma explicação. Eu ainda fui numa explicação do CADES, não dá para gente, para população ter subsídios para ajudar no processo de construção de um empreendimento desse tamanho. Isto está previsto no estatuto na cidade. Nós não podemos, nós somos uma democracia, a gente não pode continuar atropelando o estatuto da cidade minha gente, lá está escrito no começo, na primeira página, que como cidadão tem direito, tem direito assegurado de participar em todas as etapas, na etapa de planejamento do empreendimento aqui vem um empreendimento com planejamento pronto e duas audiências públicas não dão para entender e para participar isso é um ponto, em qualquer outro país do mundo com uma democracia mais madura a gente pode ir e ver, um projeto dessa magnitude que vai mexer com desapropriação, com remoção de pessoas, com tantas coisas, ele leva uma discussão que no mínimo de 6 meses detalhado amparado pelos técnicos do poder público e com todos os lados tem que discutir com calma. Eu vou tocar em um ponto em que você falou você terminou dizendo “nós recomendamos o empreendimento”, a empresa que fez o EIA/RIMA recomenda, porém, lá dentro foi tocado muito rapidamente, existe um ponto que é o seguinte: as medições de ruído estão dez pontos acima dos níveis normais para o ser humano, agora se está dez pontos acima dos níveis normais e nós vamos colocar mais 85 mil pessoas com carros porque só se falou em viário. Eu não vi uma escola nova ser apresentada, pública, eu não vi nenhum hospital novo, mais eu vi um monte de ruas, viário mais viário para incentivar o uso do automóvel que é uma coisa que está na contramão que todo mundo está fazendo. Em Nova York estão fechando ruas e fazendo praça para pessoas andarem, agora vamos lá, se o estudo de Impacto Ambiental diz que, hoje, a condição já é deteriorada em dez pontos acima do que é preconizada pela organização de saúde, e o vilão é o automóvel, isso porque não se falou do problema da poluição do ar que é causado pelos automóveis, se nós vamos abrir tudo isso de ruas, que é necessário para comportar tudo isso de automóveis é elementar que a poluição do ar e que o ruído vão saltar para um lugar que não tem área verde



que segure minha gente, ainda mais como foi demonstrado o número de previsão de áreas verdes novas vai ficar abaixo do que é preconizado, então eu acho que a gente primeiro devia resolver esse problema, o problema que está hoje, fazer as áreas verdes e depois pensar em expandir, todo mundo que veio até aqui hoje percebe que a situação já é caótica, que já existe uma saturação do meio ambiente, então, eu não entendo como o estudo de impacto ambiental e uma empresa pode recomendar que faça esse negócio quando você tem um agravante desse nível e outra senão está pronto, você falou, não fizeram estudo de infra-estrutura, não sei o que é tanta coisa técnica como é que a empresa pode recomendar, fazer esse negócio se não há estudos necessários, não estão feitos e também as interfaces com as filas de operações urbanas que temos pela frente. A cidade de São Paulo virou uma grande Operação Urbana não tem interface, não tem estudo geral nós vamos fazer só aqui para depois resolver os problema, bom para finalizar uma vez eu estava num lugar onde o Secretário Eduardo Jorge estava, era um pessoal do Butão que é um país lá longe, pequenininho que resolveu enfrentar um tal de um produto interno bruto que é um jeito de construir a vida que está invocado e criar uma implantação de um tal infelicidade de interna bruta com focos nas pessoas, ali ficou claro que eles mudaram paradigmas, eles resolveram para fazerem qualquer coisas eles vão perguntar para as pessoas primeiro, envolver as pessoas não dá para falar desse negócio aqui agora porque é longo, o Eduardo Jorge estava lá, por favor a Secretaria do Verde é a base, eu acho hoje que pode ajudar aqui para que esses possíveis desastres não sejam perpetuado em São Paulo, isso aqui está com cara que vai virar um desastre porque vai ficar na mão do setor apenas, o mercado imobiliário irá decidir a exemplos das outras operações urbanas que a gente tem uma história muito ruim delas, a gente sabe o estrago em São Paulo, então, gente eu peço a vocês, Eduardo Jorge, o Secretário, porque a gente está nessa esfera agora na esfera da Secretaria do Verde da aprovação do EIA/RIMA nós precisamos de um amplo debate com a comunidade não é a toa que tem tanta gente aqui, não dá para em duas audiências públicas decidir isso eu proponho para que isso seja alongado para o prazo necessário para que todas as partes, inclusive falar, não com tanta pressa assim, que a gente possa entender melhor o processo e debater com vocês. Está ok. Obrigado.

Benedito Roberto: Dizendo que é muito pouco, de fato, duas audiências públicas, inclusive estava conversando com o Donizete aqui, está todo movimento de moradia da zona oeste aqui, e a gente está propondo Eduardo Jorge, o movimento moradia está propondo inclusive, nós temos a sede aqui na Barra Funda, estamos convidando a Secretaria do Verde e você para ir lá na zona oeste, você sabe o endereço, inclusive, aqui na Barra Funda, para gente poder fazer uma reunião para discutir a Operação Urbana Água Branca, porque se tem 1.800.000 m², que vão ser propostos, para atrair, o capital imobiliário, nós queremos pelo menos 40% desse 1.800.000 aí para defender as famílias de baixa renda para cá, eu queria dialogar aí com Vladir e com a Laura duas questões: primeiro que a Operação Urbana não pode só olhar para o verde da Cantareira e para o espigão da Paulista, ele tem que olhar para Brasilândia, para Cachoeirinha, para o Jaraguá... não pode esquecer o outro olhar, que a operação, a diretriz da lei tem que ter. A segunda diretriz que eu proponho, é que haja uma compatibilização na participação, no equilíbrio, ou seja, tem que ter alteração. A Operação Urbana Água Espraiada, Operação Urbana Faria Lima, tem representação da União dos Movimentos de Moradia, e do Movimento de Moradia, então nós queremos ter assento no Conselho da Operação Urbana para discutir esse processo, então quando for apresentada a lei que seja feita também esta proposta de compatibilização de participação dos movimentos organizados. A terceira questão, a companheira lá dos companheiros da comunidade aqui já falaram principalmente o pessoal da Operação Urbana ali da favela do Saco, da comunidade ali da Operação Urbana, da comunidade da Água Branca. O processo de remoção e despesa das famílias aqui dessa região está sendo



extremamente violento, e a Prefeitura deu de presente, para o São Paulo e para o Palmeiras, terrenos enormes para fazer os clubes, naquela região ali, e expulsa com mão de ferro e com extrema violência, as famílias da favela do Saco e expulsaram com extrema violência também as famílias da favela Aldeinha, nós queremos, o povo da favela do Saco e da favela Aldeinha de volta para Operação Urbana e a proposta da Bete França de 250 unidades é vergonhosa, nós estamos propondo tem que ampliar este numero de moradias aqui na região, e não pode ser como a companheira já falou aqui, grande espigões só para atender o setor de alta renda, aliás na sua apresentação eu fiquei assustado, pelo que eu entendi se é isso mesmo, aliás queria até ver, quando você apresentou aqueles pontos verdinhos, azuis, amarelo, parece que a proposta de atração aqui é de um setor de renda entre R\$ 3.500,00 à R\$ 5.700,00 , então quero entender melhor essa aplicação, nós queremos ir aqui é atrás, famílias entre 0 até 3 salários mínimos para garantir a moradia eles....(aplausos) Para encerrar aqui a minha fala, eu também concordo que a operação tem que garantir, a Lucila já colocou essa questão aqui e outras pessoas que me antecederam, pessoal das Perdizes, do jardins é verdade um super adensamento gera problema na qualidade de vida, mas a gente quer também, é dialogar com esses setores não é? Porque a gente também não pode para garantir a qualidade de vida desses bairros, tanto da Lapa, quanto das Perdizes, ver as nossas famílias em função desses espigões sendo empurradas cada vez mais para o fundão da cidade, tem que ter uma compatibilização entre pobres e ricos nessas regiões mais nobres da cidade, para que os pobres também possam viver onde eles trabalham. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: O senhor Francisco, por favor, e eu pediria que a Cândida ficasse a postos, por favor.

Geraldo de Brito: Bom, vou falar em nome dele que nós estamos juntos aqui, o seu Francisco Wilson. Estou representando a Associação de Moradores da Vila Turiassú, da Rua Turiassu. Em primeiro lugar, meu nome é Geraldo de Brito. É que eu cheguei mais tarde e ele se inscreveu no meu nome. Em primeiro lugar eu queria parabenizar a todos pela presença, muito gratificante ver esse movimento de todas as entidades envolvidas. Eu não conhecia grande parte ou a maioria delas, eu sou morador da região, e o que me indigna também, fico assustado também, é que é o seguinte, primeiro vão ser autorizados todos esses beneficio para as imobiliárias, como já foram autorizados. o que acontece, aí depois virão as promessas, só que as promessas que falou, muda o prefeito, muda as autoridades, mais as autorizações esta feita, a lei esta feita, então primeiro, alguém já falou vou repetir mais é importante, primeiro faz o que esta preciso ser feito, depois autoriza os novos, eu estou aqui com um documento que eu vou protocolar depois, e esse documento, eu quero deixar o seguinte, nós somos um exemplo do que aconteceu, porque ? Eles já autorizaram Arena Palmeias, autorizaram o shopping Bourbon, e agora querem desapropriar uma rua pra servir o shopping e ainda, essa rua é uma pequena intervenção, não está dentro da operação Água Branca, ta na A.I.D., área de intervenção direta, eu estudei todos os 5 capítulos, até conversei com a Laura por telefone, certamente, fui à Secretaria também, tenho o documento aqui, e agora autoriza a desapropriação, derruba-se casas, destrói às famílias, e outra coisa gente, não é questão emocional que vai derrubar minha casa, ou a casa de mais 20, 80 pessoas que estão aqui, não é essa a questão, a questão é o seguinte, esta abertura não resolve o problema viário, eu não sou nenhum especialista, como também alguém já falou aqui, eu não sou nenhum engenheiro, não fiz analise pratico, eu fiz um olhometro, eu sou um bom observador, e como bom observador, tem o seguinte, abriu a Rua Cotoxó, quem conhece a região, desculpe falar de um problema muito pessoal, muito peculiar, mas vale como exemplo, pra depois que colocam um gigante, aí vão desapropriar as pessoas, esse problema vai se repetir, por que aqui um caso pratico, então essa desapropriação, não sei quem conhece aqui.



Acho que a maioria não conhece, mas a Rua Cotoxó, ela termina numa vila, e ela falta 100 metros para terminar\ligar com a Turiassu, ta no projeto, completar a Cotoxó, para fazer o que? Não tem sentido, não tem sentido completar, por que está no AB 055, que é o projeto de vocês, na pagina 88. Que eu li também, esse projeto AB 055 diz o seguinte: vai continuar a Cotoxó dentro do mesmo perfil. Que é o mesmo perfil? Seguir a mão dela para baixo, ou seja, vai se afogar tráfego na Turiassu, na Turiassu é o pior entroncamento hoje do nosso bairro, então como que vai ... ali na turiassu? Só tem um objetivo, acesso ao estacionamento do shopping, pelo amor de Deus né gente, isso é um absurdo agora desapropriar, foi autorizado ali a construção em 2007 de um prédio comercial na frente do shopping, quem passar em frente ao shopping vai ver a entrada da vila, logo após tem um prédio construído, a prefeitura autorizou a construção de mais ou menos uns 500 metros, não sei, de uma loja, está pronto já o prédio, e agora vão desapropriar, por que quando autorizaram não colocou um carimbo: "sujeito a desapropriação." ? O projeto da Rua Cotoxó é de 1995, nesse projeto de 1995 não constava o shopping, não constava uma série de empreendimentos que está lá hoje e que foram autorizados depois, então gente, esse protocolo que diz respeito exclusivamente ao problema da Rua Cotoxó, mas eu agora, e nossos companheiros que estão aqui, estamos engajados em todas as entidades, porque temos que juntar forças, não pode pensar, já falei do vereador Paulo Frange que está aqui, muito bem, eu só reforço e discordo da companheira que veio aqui antes e falou que só um não faz verão, desculpe um só faz verão sim gente, desculpe parabéns para o vereador Paulo Frange porque você pode ampliar a discussão para todos os outros, então nos temos que juntar forças, um em um, ajuda, vamos pensar no melhor para população, então tem que resolver primeiro os problemas que estão e nós somos contra a continuação da Cotoxó, por que não resolve o problema do trafego, ainda mais pensando em 80.000 torcedores, vai simplesmente, desalojar eses moradores, e vai ter um maior custo, e pega esse custo que vai desapropriar e implanta nas áreas sociais da habitação popular, aquela esquina da Turiassú tem um projeto de fazer 2 prédios do Zaffari, está pra pronto né, quem passar lá, ver, só a Cia brasileira que não quis sair até agora, mas está lá o projeto, então esse interesse é abrir essa rua só para servir ao shopping, e não serve , não adianta nada, então o nosso pedido está aqui protocolado, pra retirar essa intervenção.

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, deixe seu protocolo com a Mary, com a Daniela, que estão representando aqui o CADES, por favor.

Cândida: Bom, boa noite a todos, eu sou Cândida, da Associação de Ambientalistas e Amigos do parque da Água Branca, e moradora aqui do entorno. Bom, só pra tornar de conhecimento público, que a gente acaba de protocolar aqui para a mesa, a necessidade de incluir as nascentes do parque no projeto, no levantamento do meio-biótico que a empresa de vocês fizeram, que não contempla as nascentes, e tudo que for feito no entorno com certeza afetará as nascentes, então fica registrado e já foi protocolado. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Vládir e a Laura, por favor.

Laura Rocha de Castro Lopes: Eu queria responder para o senhor Sérgio, conforme estava dito lá, a gente encomenda a licença prévia, caso todas as medidas e recomendações sejam feitas, e uma dessas medidas, é o monitoramento dos níveis de ruídos, então na verdade não é que a gente não leva em consideração, o diagnóstico, ele faz a análise da questão como está a situação atual, e propõe a medidas, pra mitigação deste impacto, e o processo de licenciamento, envolve a licença prévia, a licença de instalação e a de operação, então neste momento a gente encomenda a licença prévia.



Vladir Bartalini: Bom, eu vou começar, então pelas colocações da Ana Salles, do Conselho de Perdizes, que voltou a tocar no ponto da Arena Palmeiras. A Arena esta na área de abrangência da operação Urbana Água Branca, porque o que eu disse foi o seguinte, os impactos gerados pela Arena do Palmeiras, são de responsabilidade do Palmeiras. O pagamento por eventuais obras que devem ser feitas para mitigar, não é justo que esses recursos saiam da operação urbana, ele tem que sair do empreendedor. De qualquer forma, tomamos conhecimento agora do Relatório do Impacto de Vizinhança. A Walm junto com a SP Urbanismo, está estudando se as medidas solicitadas no relatório de impacto de vizinhança podem ser compatibilizadas com as medidas da operação Água Branca, mas gostaria de deixar isso claro, os impactos de um empreendedor privado, devem ser custeados com recursos privados, e não da Operação Urbana Água Branca. O segundo perfil, ainda não esteve antes nessa polêmica. Em relação a verticalização, segurança, só queria deixar claro o seguinte, essa região não é uma região verticalizada, se ela tem problemas de segurança são de outra natureza, não vamos confundir verticalização com congestionamento. São coisas diferentes. O plano de drenagem da Operação Água Branca, ele está em andamento o projeto executivo de drenagem devem ser concluídos agora no mês de dezembro, das bacias do Sumaré e Água Preta. Então isso é o mais imediato, outros estudos podem ser feitos, podem ser incluídos no plano de investimentos da nova Operação Urbana Água Branca, desde que, como eu tinha falado anteriormente, que ele se restrinja a área de operação urbana e o rio em torno relativamente próximo. Não podemos estender com recursos da operação urbana Água Branca, estudar toda a bacia do Tietê, que aí não teria muito sentido. Com relação ao Sérgio, só gostaria de tocar em um ponto, quando ele falou que a nós trouxemos aqui um planejamento pronto. Não é verdade, um dos primeiros slides que eu coloquei aqueles procedimentos que a gente adotou, eu tentei deixar claro o seguinte: nós fizemos a primeira proposta, essa proposta está sendo analisada pelo CADES pela Secretaria do Verde, está sendo feito essa audiência pública. A nossa idéia, é colher sugestões, ver as exigências que vão ser feitas pelos órgãos ambientais, incorporar na medida do possível essas sugestões ao plano urbanístico, e aí sim fazer o projeto de lei, nossa intenção é o contrário do que você falou, não foi chegar aqui com um prato pronto e falar assim: "olha, vai ser assim". Nós estamos mostrando uma proposta que está sujeita as alterações. Só reforçando o que a Laura falou, a Walm recomenda aprovação desde que as medidas mitigadoras sejam de fato executadas. Eu acho que as operações urbanas, elas passam por um processo de amadurecimento, inclusive no diálogo que se faz. O que nós estamos tentando é inaugurar um novo procedimento, que é apresentar uma hipótese, colher sugestões, dialogar, rever as nossas propostas, e aí sim amadurecer na direção de um bom projeto, essa é a nossa intenção. Com relação ao que o Sr. Benedito falou, eu achei muito interessante. Acho que ele tem razão mesmo, a gente não pode olhar só para a Cantareira, só para o espigão, temos que olhar para Brasilândia e Cachoeirinha também, e quando falo olhar, não falo só no sentido de paisagem, também não só para a Brasilândia e Cachoeirinha, quer dizer qual que é a principal intenção dessa operação urbana? É fazer com que pessoas que hoje não conseguem morar nessa região, venham a conseguir, e é isso. O que estamos chamando de adensamento, adensar perto de áreas que tenha uma boa infra-estrutura, então é criar as condições para que isso aconteça. Com relação que o Geraldo falou, ele protocolou a proposta, então sobre a extensão da Rua Cotoxó, isso vai ser analisado, e vamos analisar, realmente se não existir, se o custo benefício dela não for correto, qualquer intervenção está sujeita a mudança, então vamos avaliar. Ela não vai gerar o efeito que se deseja, ótimo, vamos avaliar, se ela realmente não fizer isso, a gente muda, quanto a isso não há o menor problema, desde que seja feita uma avaliação, de fato, técnica, a gente vai precisar contar com a colaboração da Companhia de Engenharia de tráfego, etc. Com relação a solicitação da Cândida de integrar as nascentes do Parque da Água Branca, com o EIA\RIMA, não sei se isso está contemplado? Integrar os estudos das nascentes do Parque da Água Branca,



então com relação a essas nascentes a gente vai conversaremos com a Walm pra ver como podemos fazer esse estudo.

Coordenadora Helena Magozo: Bem, agora nós vamos para outro grupo de inscritos, o Carlos Eduardo, Raquel Colombo e a Maria Laura, por favor.

Carlos Eduardo: Boa noite, pessoal, munícipes "lapianos". Para o Eduardo Jorge, Presidente do CADES, nosso Secretario do Meio Ambiente, quem me viu em algumas manifestações, sabe que eu só tenho um assunto que trato logicamente que vou lincar logo com a operação urbana. Eu só falo sobre lixo e entulho, quando nós tivemos um aumento, da multa pra 12 mil reais, pela câmara dos vereadores, que quem jogasse entulho nas ruas da Lapa iria pagar 12 mil reais e o caminhão ia ser apreendido, então nós ficamos felizes, "poxa vamos ter uma Lapa mais limpa", por quê? A fiscalização da subprefeitura seria a maior, e sendo a maior, a pessoa não vai querer tomar esta multa, no entanto, o que aconteceu? Conforme o próprio plano de metas do nosso prefeito Kassab, metas para agenda 2012, ele mesmo auto-previu um ecoponto, ou seja, onde a gente vai descarregar nosso entulho, pra cada um dos distritos da Lapa, eu não sei, não de cor agora os sub-distritos, mas nós deveríamos ter 6 sub-distritos. Ora, um ecoponto é uma coisa relativamente simples, é um cimentado igual a esse daqui, antigamente tinha umas coisas de madeira, agora eles estão fechando um pouco, aonde você vai, e você pode derrubar seu 1m³ de entulho nesse ecoponto, então você não está sujeito a multa, você vai fazer aquela pequena reforma, ta tudo bem. Que está acontecendo? Entra mês, sai mês, entra ano, sai ano, nós não conseguimos estabelecer um ecoponto aqui na Lapa, um ecoponto que é só um cimentado, e o que acontece? A subprefeitura também não consegue fazer a fiscalização por que se ela não oferece a disponibilidade para a população ter onde jogar o seu entulho, é lógico que ela também vai afrouxar a fiscalização, nada mais justo, que então a população jogue nas ruas, etc e tal. Agora pessoal, se a gente não consegue fazer ecoponto, que é um cimentado com a parede, imagina se eles vão fazer essa operação urbana Água Branca, com social, não vão, não vão e digo mais, quando a gente fala de equipamentos públicos o doutor Vadir Bartalini, ele passa bem ao largo, isso é bem óbvio nós temos um hospital que está fechado: o Sorocabano. Só em dívidas dá 200 milhões, se a gente fosse fazer uma reforminha, mais 200 milhões, seriam 400 milhões só pra começar um hospital, um equipamento público, e a nossa operação está em 100 milhões, quer dizer isso aí é um dinheiro de pinga gente, isso não é nada, pra nossa prefeitura que são milhões, não representa nada a gente adensar, nós não queremos isso, e o que eu quero, em nome vereador Paulo Frange, é que se for submetido essa lei lá pra Câmara, que vocês tratem da mesma maneira como eles estão tratando, de uma maneira frágica, de uma maneira tranquila, e repilam isso, vejam o clamor aqui da população que está aqui presente. Eu entrei rapidinho no Google só pra ver alguns índices, por exemplo, uma unidade habitacional, ali do pessoal pobre, 1000 famílias, custa, por exemplo, em torno de 20 milhões. Uma escola técnica, por exemplo, o Alckmin fala muito de escola técnica, 30 milhões de reais. Uma ponte estaiada que foi a única coisa que foi feita na Operação Urbana Água Espraiada, 300 milhões, só a ponte da Água Espraiada é 3 vezes maior do que nós já arrecadamos aqui. Então não tem nada a ver, não tem montante gente, o que eles querem fazer é tudo muito bem vindo, não precisa planta, nem tantos estudos, faz a drenagem necessária, faz habitação popular, só não faz o adensamento. O resto nós concordamos 100%. Pois desse dinheiro, a Prefeitura não precisa, só pra completar, essa operação vem desde 1995. E entra ano, e sai ano Secretário Eduardo Jorge, nós estamos tentando, ver o que estava acontecendo, entra ano e sai ano, e não acontecia nada aqui. A gente achava que podia melhorar algum dia, ia ter as obras drenagem, e não aconteceram as obras, então porque agora nesse momento, não entendi, porque que de repente tomaram gosto novamente, desse nome bonito, olha quando eu ouvi falar de operação urbana



consoziada Água Branca, juro que eu achei que era uma maravilha, mas agora eu to vendo que não é bem assim, é um pouco mais feia a coisa. Obrigado pessoal.

Coordenadora Helena Magozo: Raquel? Raquel não está. Maria Laura, por favor.

Maria Laura: Posso ficar aqui embaixo? Eu vou ficar mais nervosa do que já estou. Boa noite gente, meu nome é Maria Laura, eu sou presidente da associação do meu bairro, da Associação do meu bairro, e estou falando como representante da Lapa aqui também, bairro alto da Lapa e Bela Aliança, aqui da região também da Lapa, sou conselheira da sociedade civil, do CADES-LAPA, e é o seguinte, eu estou aqui, eu sou arquiteta, e eu não sei se fico triste ou feliz porque eu tenho mais experiência do projeto, mas tem uma geógrafa aqui, que é a Lucila, que assim com um simples olhar que eu tive, ta claro pra mim que essa operação urbana, nem sei se justifica essa apresentação EIA-RIMA, pra gente se falar de mercado imobiliário que é ocupação de residências e sistema viário, eu entendi que é só isso, então o que ta acontecendo, é uma conta rápida, são as 86 mil moradias, contra 10% de habitação popular, de interesse, quer dizer de 6 a 11 salários mínimos, é essa a população que se cria por aqui, e acima de 11 salários mínimos, cadê o de 0 a 6, o de 0 a 3? Só existe no setor F, só existe na quadra F, agora qual que é o déficit? Já que você falou Laura aqui, que a operação, ela se conversa com a cidade toda, não adianta falar que aqui estivesse 1 moradia habitacional, mas quanto desse deve ter na cidade, não poderia ser democrático? A gente colocar tantas habitações populares, pra tantas de auto padrão entendeu? Outra coisa, sistema viário é mais impermeabilização, você falou que iria desafogar o solo, não foi você que apresentou, foi outra pessoa, mas vai desafogar com mais 86 mil, isso já foi contemplado, e toda compensação disso? Aqui também se fala que vão implementar soluções de drenagem, pra mim isso é projeto, isso não é obra, implementar soluções o que é? Eu também acho onde está o resíduo, a procuração do resíduo, toda essa carga de construção civil e entulho que isso vai gerar? Esgoto gente, nós não temos esgoto, então todo tratamento, vai se fazer com as ruas, obviamente, imagino que vão fazer esgoto, e o tratamento dele? A gente não tem, sabe que carece de esgoto, então é impacto, também peço que não seja feita só nessas 2 audiências, precisamos conversar, eu acho que a sociedade tem que participar. E, eu acho que a maioria das pessoas, não querendo falar, mas acho que é uma linguagem muito técnica, isso tem que ser traduzido, e discutir de novo em cada Subprefeitura, calmamente, não temos pressa. Acho que é o nosso dinheiro, somos nós que estamos interessados. O que me assustou, minha simples constatação do que eu li, vem ao encontro de duas pessoas que eu considero pra caramba, e está claro que é mercado imobiliário, é valorização, expulsando novamente as pessoas, e aberturas de ruas, entendeu é só isso, pra mim. Nisso, o que eu acho que a explanação de vocês está super a desejar, então ela tem que ser muito mais clara que as pessoas entendam esta muito superficial. Acho que ela precisa ser mais aprofundada, ou mais explicada para as pessoas que tenham o acesso, acho que era isso que eu queria falar, não sei se esqueci alguma coisa.

Coordenadora Helena Magozo: Marcelo Pedroso dos Santos. Eu pediria que o Milton ficasse preparado para falar.

Marcelo Pedroso dos Santos: Boa noite. Sou assessor do Vereador Aurélio Miguel, apesar de ter sido dito aqui que assessor não vale nada, mas tudo bem. Sou Suplente do Vereador Aurélio Miguel, no Conselho do CADES, e se fosse votar hoje votaria contra. Sr. Vadir, em 2009 o senhor esteve na Câmara. A apresentação que o senhor fez hoje só mudou alguns números de 2009 para cá, a única coisa que o senhor não mostrou hoje, no item 2.1, áreas para concessão urbanística, o que é uma concessão urbanística? A prefeitura delega execução de obras urbanas



a empresas ou consórcios mediante a licitação da modalidade e concorrência, ou seja, essas empresas podem fazer desapropriações, a população vai ficar a mercê delas. Na operação consorciada, agora, Água Branca, digo Operação Urbana Água Branca, já tinha definido no passado que o Centro Empresarial Água Branca pra ser aprovado operação urbana dele teria que ter feito a macrodrenagem nos córregos de Água Preta e Sumaré. Não foi feito está sendo estudado, desenvolvendo um novo estudo, ou seja, eu acho que a população não vai ter seus anseios atendidos. Vocês falam em mais de 1 milhão e 800m² de construção a mais na região hoje a região sofre com as enchentes trânsitos e muito mais e o poder público não consegue sanar o caos instalado, quem sofre é a população. Que garantia a população da região terá, foi mostrado aqui? “Não”. Reiterar solicitando uma nova audiência pública e que todos os dados de estudos sejam apresentados pelo EMURB e não uma apresentação de 30 minutos onde não é dito nada onde a população fica sem nenhuma resposta.

Milton: Agradeço a oportunidade queria colocar algumas ponderações apenas por que hoje quando se fala em urbanismo internacionalmente o nosso país é distinguido como o maior conhecedor do urbanismo, agora desejo que nós apliquemos esses princípios tão bem colocados lá fora também para nós aqui dentro e, aqui. Vou citar principalmente o que estamos sentindo é uma questão de confiança e credibilidade. As questões urbanísticas que temos visto acontecer nos últimos 50 anos e citando o mesmo Lúcio Costa em Brasília e que o último papel das boas intenções de realização, vai a uma boa distância. Tenho tido a oportunidade de conhecer grandes urbanistas e trabalhar com eles, mesmo no Rio de Janeiro ainda no tempo de Lacerda. E, a questão é justamente isso, o urbanismo para mim se interpreta com a questão da qualidade de vida e a questão de qualidade de vida, neste caso é instituir confiança e credibilidade entre aquilo que está no papel e aquilo que nós desejamos que aconteça verdadeiramente. E, aqui a questão da nossa participação no conselho de segurança e vivendo 50 anos na área da Água Branca temos visto acontecer muitas coisas onde foi dito que uma inspeção do “olhômetro” do que, seja muito distante disto, basta um dia de jogo ou de show ou de um evento grande que acontece no estádio do Palmeiras. E ao mesmo tempo mobilizamos centenas de policias militares, para quê? Para dar o mínimo de segurança e nesse período, eles onde estão para outras regiões, em que estão acontecendo que estamos perdendo uma guerra de segurança na questão das drogas estamos perdendo uma guerra na questão dos assaltos. E temos o pensamento de que nós temos todos os famosos horários quando todo mundo sai e quando todo mundo volta. E quando é o caso dos shows, nós temos na entrada ainda gente sóbria e na saída nós temos aquela desordem que já foi observado então a solicitação que está sendo feita. Vamos fazer prevalecer o bom senso, restituir confiança e tudo aquilo que estava previsto.

Eduardo: Boa noite a todos. Eu sou o jornalista morador da região da subprefeitura da Lapa uma região contígua a esse furacão que é Vila Leopoldina uma mancha, só pra lembrar o pessoal da mesa que a Lapa é privilegiada e temos uma operação urbana mais de 50% de seu território está submetido a operações vigentes ou que já estão programadas: a Leopoldina /Jaguaré, a segunda, e a Lapa-Brás a terceira, então é um questão importante essa de se lembrar a questão da Pompéia, e hoje eu acho que esse debate é clemente e o CADES não pode deixar de estar atento a isso, lembrando que o CADES, o nome CADES é comprido não é isso ele é uma abreviatura de um nome comprido Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem Cultura da Paz também ainda, mas tinha, essa coisa da Cultura da Paz que deve estar em algum lugar, então, se fala de Cultura da Paz, evidentemente que a arena multiuso ou qualidade de vida meio ambiente, a arena multiuso deve ser levada em conta é uma demanda que há no jornal aparece muito como é que o CADES se posiciona em relação a isso como é que a secretaria se posiciona, Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria do Desenvolvimento



Urbano se posiciona enquanto a isso, porque não está inserido na Operação Urbana Água Branca, foi uma opção, não foi uma opção, deveria estar onde deveria estar, o problema agora não é refletirmos se ele legalmente está, o problema é que ele de fato está, ele tem um impacto, esse impacto tem que ser levado em conta por todo mundo a questão do ruído quando vocês colocam, no caso do Palestra Itália foi sugerido amortecedores de ruído que o Palmeiras tem que se comprometer, nesse estudo que você fala sobre a operação urbana de 10 pontos a mais do que no viário, que tipo de controle, vai pedir para que meu adensamento com carros, a GM, a FIAT, etc., coloque amortecedores de ruído nos carros? O que vamos pedir? Então, não há como dissociar a operação Água Branca da Arena multiuso, a Arena traz impactos, Vladimir, falar que não tem relação segurança, me parece, eu quero acreditar que no fundo do teu coração, e do teu cérebro, você saiba que você não está falando a verdade, porque você tem que cumprir o papel, dizendo algumas coisas, mas é impossível alguém dizer que não tem a ver segurança com a operação urbana, aumento de adensamento, etc. É óbvio, muda tudo, e a Cleide está aqui, a Ana do CONSEG está aqui também, sabe que o comandante da polícia militar gostaria que nos planos diretores, a polícia militar fosse chamada para opinar, porque é uma questão que até agora não está no presente no plano de diretor, vereador Paulo Frange, que é a questão de a polícia estar presente. Então Vladimir, no fundo do seu coração, e também entendo que acho que o secretário está sensível aqui, vejo que o secretário tem anotado muita coisa nos seus papéis, eu acho que vocês estão sensíveis, agora resta saber se vai se admitir que a Arena multiuso do Palmeiras tem impactos terríveis e ela não pode estar dissociada em nenhum momento de análise de impacto ambiental da Operação Urbana Água Branca, tirar isso do relatório, vai ser fora do propósito da Secretaria de Meio Ambiente, o CADES admitir isso, aprovar os relatórios desses impactos que não estejam contemplados também me parece que é fugir das suas prerrogativas. Por fim, Vladimir eu gostaria que você respondesse pra mim, com toda franqueza, se você acha que o terreno ao lado do CT do São Paulo, onde há uma ZEIS, Zona de interesse social, está sendo construído um "minha casa, minha vida", à 130 mil reais, sendo que, o consultor pede que até junho, se você for lá para querer comprar este imóvel, você tem que ter renda, até 2500 reais, ou alguma coisa assim, e até junho você tem que deixar 65 mil reais lá. Então, está na ZEIS, isso foi aprovado pela Prefeitura do Município de São Paulo, o promotor Freitas, que foi informado sobre isso mostrou surpresa, mostrou-se surpreso, o promotor Freitas da habitação, se mostrou surpreso, como é que um terreno que é ZEIS vende unidades à 130 mil reais à 160 mil reais, 130 mil sem garagem, 160 com garagem, no mesmo prédio do "minha casa, minha vida", metade do prédio, e a outra não é, não se entende como é isso, então a gente gostaria de saber se isso é coerente com a exposição que você fez que vai abrir um outro terreno para essa ZEIS, vão entregar para construtora Bueno Neto, que é a construtora desse empreendimento também para ele fazer este tipo de ZEIS, porque alguma coisa está desviada, e olha é no âmbito da Operação Água Branca esse terreno que estou falando.

Vladir Bartalini: Com relação às várias pessoas que tocaram neste ponto, só falaram do sistema viário, porque está se abrindo o sistema viário, nós não falamos só de sistema viário, nós falamos de drenagem e de áreas verdes também, o fato é que essa região é carente de sistema viário, principalmente aquela porção ao norte da ferrovia, então a gente precisa de pequenas ligações, então não existe nenhuma grande intervenção no sistema viário, a não ser o prolongamento da Auro Soares e da Gustavo Borghoff, mas sim pequenas intervenções para melhorar as condições das pessoas se moverem ali dentro, é necessário, não dá para a gente negar que é necessário, com relação ao projeto das ações de drenagem, vou repetir, a finalização do projeto de drenagem está prevista agora no mês de dezembro, esse projeto apesar de outros estudos terem sido feitos pela região, esse é o único que tem a abrangência das duas bacias, os outros estudos que nós tínhamos davam conta de pequenas intervenções pontuais, que não



tratavam a bacia como um todo, a nossa intenção na hora que nós contratamos esse projeto, foi de tratar a bacia como um todo, já que uma parte da causa das inundações aqui na região da Água Branca, está fora do perímetro da operação urbana, a bacia é maior do que permite a Operação Urbana, esse projeto como um todo a gente vai conhecer com detalhe dos custos e aí sim partir para um processo de contratação de obra. Em relação ao que o Marcelo falou, essa apresentação realmente foi muito rápida, e o nosso tempo que está limitado a 30 minutos, mas todo o EIA/RIMA, todo material técnico está disponível, e é de consulta pública, é de domínio público, ele pode ser consultado. Neste sentido a indicação de áreas para concessão urbanística, então, elas estão, constam neste material, constam no EIA/RIMA. Onde consultar o material? Na Secretaria do Verde. Essa operação, a nova operação urbana prevê a aplicação deste instrumento, Concessão Urbanística, só que a Concessão Urbanística por sua vez precisa ser aprovada, caso a caso, pela Câmara dos Vereadores. Então, não é que aprovando uma lei de operação urbana, automaticamente estão aprovadas concessões urbanísticas, não, estão indicadas as áreas passíveis de concessão urbanística, cada uma delas vai ter que ser analisada pela Câmara dos Vereadores, e a gente tem clareza sobre isso. Com relação ao senhor Gunther, ele fez ponderações, que acho que são muito interessantes e muito úteis, foi um ponderação, ele foi ponderado no sentido de tentarmos fazer o que é melhor, ainda com relação ao Eduardo, veja em nenhum momento nós falamos que a Arena do Palmeiras não traz um impacto na Operação Água Branca. Ela traz impacto sim. O que nós queremos dizer é o seguinte: os recursos da Operação Urbana Água Branca, não pode ser utilizado para mitigar o impacto da Arena do Palmeiras, isso precisa ficar claro, agora precisa ser, é o que eu falei, nós já temos o relatório de impacto de vizinhança, e vamos ver que medida, essas mitigações que foram exigidas pelo RIVI possam ser incorporadas na Operação Urbana Água Branca. Com relação à ZEIS, ao lado do centro de treinamento do São Paulo, aquilo é um terreno particular, sempre foi aquilo é empreendimento particular, essa área de ZEIS é um terreno particular, e é um empreendimento ZEIS particular, não participou da Operação Água Branca, ele não usou índices da Operação Urbana Água Branca, ele está dentro da área de operação, mas ele não se utilizou de construção adicional, nada disso, da mesma forma a Arena do Palmeiras, a ZEIS tem regras específicas da lei de zoneamento que devem ser seguidas, eu acredito que a Secretaria da Habitação tenha aprovado esse empreendimento porque ele tenha seguido estas regras, o empreendimento da ZEIS não passou pela análise da Operação Água Branca, porque não é competência da Operação Urbana Água Branca. Com relação a outra área que citei, que está sendo desapropriada, para habitação de interesse social, ela será desapropriada, e portanto será uma área pública e a construção dessas unidades também serão uma construção pública, quer dizer o custo dela certamente vai ser ou totalmente ou parcialmente custeado pela Prefeitura, então são casos diferentes, uma coisa é um empreendedor privado vir vendendo uma unidade da habitação social, é 130 mil reais, é uma questão privada, a Operação Urbana Água Branca não entra nisso, outro caso é um terreno desapropriado com o dinheiro da operação urbana, construções de habitação social feita com o dinheiro da operação urbana, a destinação dessas unidades a Secretaria da Habitação que define, certo então são casos diferentes.

Laura Rocha de Castro Lopes: Em relação aos ruídos que o Eduardo perguntou, faz-se essa avaliação em nível de ruído pra identificar se o movimento maior das máquinas durante as obras. Ela ter um impacto para a população do entorno, então é por isso que é feito esses estudos, então tem alguns pontos que ele já que não são, é por isso que ele tem, as medidas de controle são prevista para essa situação. Outra questão, assim, que tem que enfatizar de novo da Arena Multiuso por ser um empreendimento privado. Na época de elaboração do EIA/RIMA, a gente tentou entrar em contato e pegar as informações do estudo que estava sendo executado quando a gente protocolou o EIA/RIMA da Operação Urbana Água Branca, o RIVI do Palmeiras ainda não



tinha sido ainda protocolado. Semana passada a SEHAB disponibilizou o RIVI e a gente está analisando agora pra considerar as questões do Palmeiras. As questões que caibam à operação.

Coordenadora Helena Magozo: Agora o Vereador inscrito Paulo Frange, por favor.

Vereador Paulo Frange: Boa noite senhoras e senhores, meus amigos quero saudar o aqui a Regina, o Secretario Eduardo Jorge, Helena Magozo, Vladir, Laura e dizer que muitos que vocês assistiram aqui é uma indignação muito grande com a Operação Urbana Água Branca extremamente nociva a nossa região, há quinze anos, e quem é morador aqui como eu sou, sabe do que estou falando eu hoje me sinto quando eu vou naquelas audiências públicas a 30 km da minha casa eu entendo porque as pessoas estão bravas. Então, hoje eu quero até falar mais como morador eu tenho uma birra na operação urbana Água Branca para não dizer ódio isso trouxe um enorme estrago na região, trouxe dinheiro que ficou depositado ao longo de 15 anos e nenhuma obra a não ser uma ruazinha que é piada no mundo inteiro, começa atrás do viaduto e entra nele mesmo. Todo mundo me pergunta se eu moro perto dessa coisa, eu sou obrigado contar que sim, que moro aqui perto. Aqui perto, Eduardo, você que é médico, grande companheiro nosso Eduardo Jorge é um dos homens de maior credibilidade da vida pública desse País. Nós tínhamos aqui um mais importante pronto socorro de ortopedia da América, foi destruído para virar supermercado e abandonado, porque lá e não tem mais nada. Pronto socorro da Lapa foi o mais importante serviço de atendimento de emergência do Brasil, fiquei 60 dias lá, ele bateu o HC, tá aqui um moço que tivemos um caso comum, e uma senhora baleada do lado de lá no Bairro do Limão e a 30 anos atrás, 30 anos atrás atendida está viva, até hoje, e não seria em nenhum outro hospital não fosse a presteza e qualidade e atendimento médico que tínhamos aqui, e não temos mais, falaram agora pouco de saúde, nós não temos mais nenhum leito SUS mais na região, pois desapareceram todos, agora nós temos o fim do sorocabano. Quero dizer agora a empresa que fez o trabalho, vocês me devem muito por ter feito esse trabalho, porque eu convoquei inúmeras vezes EMURB, todos os órgãos que levaram nome, para perguntar o porque que ninguém fazia nada com operação urbana Água Branca, aqui tem várias testemunhas convocamos e gentilmente transformamos o convite, a convocação em convite para não ficar tão desagradável em todos os governos, Vladir, e não foi só desse. Desse governo tivemos inúmeras projeções, esse material muito bonito, sempre muito bem apresentado e na hora que terminava, terminava o tempo, e não tínhamos oportunidade para discutir, na Câmara não foi diferente. Laura, agora, estou falando do teu trabalho, da empresa sua veja, só como ele começa: A metodologia aqui utilizada para elaboração do prognóstico ambiental, e faz uma citação do professor João Carlos Nuze, que apresentou um trabalho em 2005 no Congresso em Brasília, e cita: conforme o autor supra citado, os métodos até agora conhecidos, ainda não foram capazes de estudar o espaço levando em consideração todas as suas variáveis inter-relações, portanto, já é réu confesso no início do trabalho, de que este é um instrumento difícilíssimo. Está aqui, ó no item numero 6, cap. 3.1 o primeiro volume que imprimi lá no gabinete. Com relação a alguns pontos bem rápidos: Cotoxó fica à 50 metros da porta da minha clínica ,clínica Eduardo que eu mudei, da esquina da Turiassú, hoje é tudo Zaffari, com a Pompéia, onde fui médico vinte anos, por que sai dela três vezes a mais de um metro e meio de altura de água, por que não tinha como sobreviver mais as enchentes, mudei pra rua de cima e a água subiu atrás de mim. Agora ta indo até perto da Auro Soares. Quem está aqui, ta me ouvindo, eu vou deixa bem claro é um pedido e ao mesmo tempo uma ameaça, e que fique registrado como ameaça: se sair decreto de desapropriação daquele pedacinho da Cotoxó, eu garanto tem vinte e oito votos na Câmara pra derrubar o decreto da desapropriação, Eduardo se você der agora a volta aqui atrás, você vê a vila que tem ali com dez famílias dez casas com trinta e umas famílias, é ali está depositado todo um sonho de famílias antigas da região e conseguiu depois de



muita luta fechar e colocar um portão por que muitas vezes passava um bêbado e não sabia que a rua acabava e ia para lá dentro, fora aqueles que usavam a viela pra urinar ao lado do nosso consultório. Então, nós conhecemos muito bem essa região e sabemos como foi difícil tudo isso, ali nós vamos ter uma briga, ai já é pessoal, é uma briga pra poder defender essas pessoas que ali investiram e recentemente um deles juntou tudo que tinha pra comprar a casa, para atender uma porta de entrada pro Grupo Zaffari, eles vão fazer lei no Rio grande do Sul, aqui não, aqui tem Câmara de Vereadores, aqui tem cinquenta e cinco, e não tem gaúcho. Aliás, já abusaram de mais da região. Nós temos um carinho muito grande. São geradores de emprego mais impor muito o que quer, como quer na hora que quer e ir pra cima da gente aqui não vai fazer. Falando de segurança, Eduardo, é o seguinte nós discutimos no CONSEG, a Cleide discutiu conosco, e nós levamos essa idéia ao Presidente da Câmara, foi quando conhecemos a extraordinária figura da Polícia Militar encarnada no comandante Camilo. Ele deu um show na sala da Presidente para um grupo de vinte vereadores sobre a dificuldade, de entender, porque se discutir o Plano Diretor, e não chama a policia, ele diz claro: não tem como parir soldado um a um, demora muito tempo ele tem que fica adulto, tem que se formar, tem que ser treinado e depois ir pra rua. Olha o que nós discutimos lá, foi quando a gente veio ao Conselho e ouvimos as mesmas discussões. Olha ali estávamos protocolando atividades econômicas, mais ou menos de risco, e aqui nos temos uma seqüência risco: um shopping, dois shopping, um supermercado, um supermercado, uma universidade, uma escola tudo na mesma quadra, nós estaríamos protocolando isso e a Secretaria de Segurança, online, sabendo qual é o risco que estamos criando para daqui a quatro, cinco, seis anos, para ele poder ir dimensionando esses contingentes até os seus equipamentos. A pouco alguém perguntou lá na zona leste: por que não coloca aqui um comando comunitário, aqui na comunidade, aqui ó? Alguém da policia me disse sabiamente, na hora eu fiquei desapontado, por que, quando eu faço uma base comunitária eu tiro oito homens da rua e dois carros. Será que ele é mais útil lá ou aqui. Olha que lindo começar discutir esse planejamento dentro desse assunto. Nós temos aqui protocolado mais de trezentos mil metros, cento e sessenta mil a cima do que tínhamos, sabe deus como, nós sabemos que a empresa é quase que a mesma, ela comprou quase que tudo aqui. E o direito de protocolo vale. Quase que vai destruir a discussão de votar a operação urbana Água Branca na Câmara. Por que o que tem protocolado já é direito, pode não ser aprovado. Só na drenagem, agora pouco o Marcelo me falou aqui nós temos 5 projetos de drenagem não sei por que compram tanto projetos, gastaram até agora 8.000 milhões da operação urbana, cinco só em projeto, projeto drenagem Água Preta, projeto drenagem Sumaré, não discutiram a bacia, não. Agora vamos discutir a bacia toda, agora mais um projeto, aí o executivo desse projeto é mais da metade do dinheiro que temos aqui. Na minha conta, multiplicando o valor do metro quadrado que nós temos a comprar e a destinar, vendendo tudo não dá para pagar o impacto que nós vamos gerar aqui. E, agora a pouco a Lucila falou uma coisa interessantíssima., É sim um "bilhetaço", trabalhar dentro da operação urbana. Pobre a pessoa que for trabalhar vendendo ou for construindo casas lá em Cangaíba. Fazer um empreendimento para construir duas ou três casinhas dentro do mesmo lote, quando pode. Mas, aqui construindo até quatro e vendendo o preço que está e o município vai bancar essa conta, porque escola não está nesta conta, não tem escola, não tem creche, quantos equipamentos novos de saúde têm na Subprefeitura da Lapa inteirinha nos últimos 30 anos? Nenhum. Todos são casinhas alugadas com escadas, e mal tem acessibilidade. Nenhum só. Nós conseguimos lá, depois de muita briga, lá na Câmara um CÉU, lá no Jaguaré, lá no Jaguaré quase caindo na Raposo, em frente a Cooperativa Agrícola de Cotia. É tudo que nós conseguimos nos últimos anos. Estou no meu quarto mandato, então, quer dizer, que eu tenho um carinho extraordinariamente grande por vocês, sei o tanto que vocês tem de problema e como é difícil tratar esse assunto. Porque lido o técnico com a sensibilidade da população não estou culpando ninguém de vocês, mas vou dizer o seguinte: eu sempre tomo partido em tentar achar caminho



no meio, para que a gente possa conduzir, convergir para algum caminho que leve a contemplar os dois lados. Deste lado aqui, eu não tenho lado eu tenho que ficar do lado que eu estou sentindo que tá sendo muito, mas muito agredido. Quando você falou que a gente vai poder vê daqui a Paulista e a Cantareira, eu moro na Rua Apicás lá em cima, esquina com a Vanderlei, no 9º andar, a quinze anos atrás quando eu mudei pra lá eu via o espigão da Paulista inteira, hoje eu vejo quatro paredes: uma em frente uma do lado, outra de cá, outra de cá, e mais nada. É como um paliteiro inteiro daqui para cima. , E no consultório, na Álvaro Soares, só pra vocês entenderem que eu estou falando aqui do lugar, diz que o povo discute muito bem, umas das coisas estão bem na ponta do nariz, aqui, nós vamos ter que trocar agora a janelas, pôr janelas anti-ruído porque não dá mais escutar meus pacientes, nem agora mudando para o consultório pro fundo, eu não consigo mais ouvir, tem que andar com um decibelímetro por aqui. Por que se ficar com um decibelímetro na Avenida Francisco Matarazzo, vai ver que aqui não tem condições de ter pessoas morando, é quase que o ruído da porta do aeroporto. Então nossa preocupação maior, é exatamente contemplar o desenvolvimento econômico, contemplar geração de emprego, com qualidade de vida, e deixar de falar de meio ambiente, falar no nosso ambiente, este é o nosso ambiente, esse é o nosso ambiente, Tratar deste jeito, este é o assunto que eu sei que nós estamos começando, vão ter outras audiências, esse assunto vai tramitar pela Câmara, lá passará também, quando a lei chegar, por audiências públicas, a pouco está se compondo a mesa para ano que vem, me perguntaram para que Comissão eu vou, já não vou discutir mais, estou e vou continuar na Política Urbana agora, para que a gente possa acompanhar isso, vamos fazer as audiências públicas, vamos continuar se possível, tenho certeza que a gente vai conseguir aprimorar isso, isso aqui é um projeto pra cidade, é importante pra cidade, mas nós não podemos, hoje, ver o que vem acontecendo a muito tempo, quem aqui conhece, daqui até Perus vai encontrar as pessoas que moraram aqui, que mudou pra Casa Verde, que mudou para Pirituba, que hoje mora no Jaraguá, porque é sossego e agora disseram que vão construir alguma coisa do lado, então, tem gente que busca o sossego, e ele vai mudando. Eduardo Jorge é um morador da zona leste, e o progresso está chegando lá de forma avassaladora, já começou a verticalização, e já começou o rio, e lá vai campo de futebol, e lá vai copa do mundo, e aí daqui a pouco as pessoas começam a querer a se distanciar de tudo isso. Enfim, podem contar conosco, vamos trabalhar muito pra gente poder achar o melhor ponto de equilíbrio pra tudo isso. Tenho certeza que tem muita coisa aqui que pode ser mudada, e tem muitas situações que vocês vão ter que tratar individualmente. Meu maior medo aqui é um pequeno problema, como esse que foi citado, porque pouco mais do que 100, 200 metros da Cotoxó, se transforma na maior injustiça de 5 milhões de metros quadrados, e lá nem está na operação, e é por causa de uma outra situação. Então, nós precisamos fazer justiça, principalmente com essas situações de exceção, tomar muito cuidado para que a gente não transforme essas situações, em situações de injustiça muito grande, este assunto eu gostaria que fosse tratado com muito carinho, assim como as demais, essa situação que envolve o nosso clima aqui na região. Aumentou demais a poluição aqui na região. E quando eu não estou pedindo, estou atendendo. Atendo em meu consultório amanhã 8 horas da manhã. Atendo no consultório, o numero de pessoas com chiado no peito, com bronquite, com tosse, aumentou muito, nessa época do inverno então é um problema, aumenta muito, a gente sente isso na clinica, e é por isso que eu falo com convicção, não estou falando de teoria e não medi, mas eu sinto lá das consultas que a gente faz. Obrigado, desculpa se eu fui duro com alguém, mas não é essa a intenção, nossa intenção é tratar esse assunto com maior carinho.

Presidente Eduardo Jorge: A Helena me falou que ainda algumas pessoas querem se inscrever, embora tenhamos combinado que as inscrições estariam encerradas na exposição dos empreendedores, nós vamos abrir para 5 pessoas que queiram se inscrever, para continuar a



conversa com os empreendedores. Por favor, vamos juntar aqui as cinco manifestações, porque eu encerrando, passo a palavra para as considerações da SP Urbanismo, sobre as questões colocadas, por favor, Donizete, o nome, está gravando para ser registrado e anexado ao processo.

Donizete Fernandes: Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Donizete Fernandes, sou Coordenador da União Nacional de Moradia Popular, uma entidade que debateu as questões dos Planos Diretores. O Estatuto da Cidade, de fato, toda operação urbana na cidade de São Paulo, ela causa grande impacto na cidade, tanto pra população que está morando no seu bairro, para população que é expulsa do local, e eu pedi a inscrição para estar colocando duas questões que eu acho importante. Primeiro não é verdade que não querem tirar o pessoal, que nós trabalhamos ali na Água Branca, porque o senhor Alonso, que é da Secretaria da Habitação, mas a senhora Bete França, foi sim tirar o pessoal lá. E nós tivemos que entrar com a medida cautelar no juiz, pra barrar o despejo que estava sendo feito lá. Segundo, eu sou do movimento de moradia, e respeito todos os companheiros e pessoas que moram aqui na região. Realmente a região está saturada, principalmente a Francisco Matarazzo, nós tínhamos aqui antigamente uma fábrica, da Francisco Matarazzo, de sabonete que foi fechada, e agora levantou essas torres de escritório, está saturada, principalmente pelo Shopping Center West Plaza, agora o Bourbon, inclusive o West Plaza foi feito no meio de uma praça aí. O que a gente quer colocar, é que para os ricos pode tudo, para a população carente não pode. O exemplo que eu tô colocando, é que nós atuamos lá do outro lado, lá onde que vai ocorrer a operação urbana Água Branca, aí nós temos o campo do São Paulo e do Palmeiras ali do lado, e eles estão pedindo pra expulsar o povo de lá assim, como tirou as favelas que estavam lá e foram dar 5 mil reais, o que nós queremos Eduardo Jorge, é um diálogo para que respeite a população mais frágil da região, porque essa população trabalha, presta um serviço, o que nós queremos é que a população que já mora aqui no bairro da Lapa tradicional, que mora no alto da Lapa, aqui nas Perdizes, que essas pessoas tem de ser ouvidas e uma audiência pública desse método, fico muito contente que a gente vem aqui e tem direito a fala, mas nós precisamos discutir mais esse projeto da operação urbana, porque temos que discutir mais ? Porque tem os interesses de todos, que tem que ser ouvidos, mas a gente tem que levar em conta a questão do meio ambiente, a questão da moradia e da população que mora aqui a muito tempo e que construiu a riqueza dessa cidade, então, acho que é isso que nós temos que fazer, gostaria que fosse atendido essa proposta do companheiro Dito, da gente marcar uma audiência com os movimentos urbanistas a questão da moradia, porque nós também temos interesse sim nessas moradias, porque a gente coloca isso, porque aqui era um bairro de trabalhadores na industrias, passou para servir o comércio e a população que mora aqui nesses bairros da Lapa precisa dessa população morando aqui perto, é isso que estamos querendo. Então, temos algum diálogo sim com os representantes da prefeitura, principalmente na região central onde está se recuperando prédios antigos, porque que a gente não pode ter esse dialogo aqui? 250 unidades de HIS aqui para nós é ridículo, é muito ruim, isso nós não vamos aceitar de jeito nenhum e porque que nós não vamos aceitar? Porque já foi dado muito, você acha que aquele espaço do campo do São Paulo e do Palmeiras lá, é terreno da prefeitura, não é particular aquilo lá não, aquilo lá é uma concessão que foi dada pelo Prefeito Jânio Quadros, e o Palmeiras e o São Paulo não pagam nada pra prefeitura, agora vem incomodar o povo aqui na Francisco Matarazzo, então essa é a troca que gostaríamos de fazer, o senhor Vereador Paulo Frange, foi feito um debate na câmara municipal, que os clubes tinham que pagar para sociedade estes terrenos, até hoje eles não pagaram um centavo, quantas unidades habitacionais daria para o pessoal que luta pela moradia ai, para não intervir aqui no bairro que está aqui.Foi feita essa Arena aqui, poderia ter feito lá, lá não tem nem moradia, mas essa discussão não vem até nós, então eu peço a vocês essa oportunidade de ter aberto a palavra e



que vocês possam ouvir aí o clamor do povo.

Jorge Eduardo: Boa noite, meu nome é Jorge Eduardo, eu sou Presidente da Associação Preserva São Paulo, eu cheguei um pouco atrasado, mas todas as vezes que eu ouvi até agora, nenhuma delas está defendendo esta operação urbana, todas foram contrárias, e com toda razão, eu acredito que essas operações urbanas, na verdade servem apenas para escancarar os nossos barcos para população imobiliária, os investimentos que seriam feitos através dessa operação urbana, podem ser muito bem feitos pela prefeitura, sem necessidade de qualquer esquema, porque a Prefeitura tem lançamento de 35 bilhões de reais, então, todos esses investimentos em habitação, saneamento, dispensam operações urbanas que são apenas para escancarar a nossa cidade para especulação imobiliária que já tem a legislação urbanística mais permissiva do mundo, então a mensagem está clara todo mundo aqui se pronunciou contra a operação urbana, essa e qualquer outra que venha à acontecer, operação urbana, concessão urbanística, é tudo uma fraude, é tudo um embuste, são operações criminosas, essa que é a verdade. Então, eu não vou me estender. Já se falou demais sobre essas operações urbanas, eu só queria falar uma coisa, as pessoas que não tiveram vozes aqui, não se manifestaram até agora, com certeza concordam comigo, abaixo operação urbana! Abaixo operação urbana! Abaixo operação urbana! Aproveitar o gancho e convidar vocês para estarem presentes na audiência pública orçamentária, que vai decidir o orçamento destinado para subprefeitura, estão querendo aprovar 28 milhões e alguns quebrados, isso não dá pra nada, não dá para a subprefeitura cuidar da zeladoria dos 5 distritos, Perdizes, Lapa, 6 distritos, Jaguaré, precisamos nos mobilizar e estar lá, reivindicando e cobrando mais, a prefeitura dá sim pra fazer muita coisa por nós sem a operação urbana, dia 6, sábado as 15 horas, no tendal da Lapa.

Coordenadora Helena Magozo: Tem mais uma pessoa que está desejando falar.

Fernando Damuro: Boa noite eu sou estudante do ensino fundamental 2, e falo com sinceridade infelizmente. Eu moro em Perdizes e me desloco diariamente do bairro onde moro até alto de Perdizes, para ter o ensino que mereço e que preciso para desenvolvimento meu e pra exercer minha cidadania, e eu acho isso ridículo, se a gente tá falando aqui de qualidade de vida, a gente devia estar falando primordialmente de educação, e de educação para todos, foi dito por vocês, que dos oitenta e seis mil que vão vir morar na nossa região muitos tem a capacidade de pagar, particularmente, os equipamentos urbanos que eles precisam, ou seja, saúde, educação sendo que na verdade o estado deveria oferecer equipamentos urbanos e eu acho ridículo isso, o orçamento é pífio, noventa milhões é muito pouco, qualidade de vida não é só área verde, não é só drenagem é muito pouco o que tá sendo feito aqui e eu acho não estou falando aqui por mim que tenho condição de pagar um ensino particular, mais para as pessoas que não conseguem pagar e que por conta disso não tem o ensino que merece e não consegue exercer a cidadania. Todo mundo tem direito de educação todo mundo tem direito de se formar se conscientizar tem direito a kit cidade. Ridículo noventa milhões é muito pouco a gente precisa de um reforma educacional eu queria que a região da Água Branca fosse um exemplo de um reforma educacional pra São Paulo. São Paulo é uma cidade muito rica tem um orçamento enorme e a educação ainda é ridículo os índices educacionais eu queria que o Bairro da Água Branca fosse exemplo de educação pública de qualidade e que se alastrasse pelos outros distritos temos que priorizar algumas políticas públicas muito mais importantes obrigado.

Presidente Eduardo Jorge: Nós vamos encerrar a nossa audiência. A Helena vai explicar qual é o procedimento previsto para requerer novas audiências públicas. Quero agradecer a participação de todos os cidadãos e cidadãs. Ao nosso subprefeito, nosso vereador que ficaram



durante três horas e vinte ajudando a pensar na nossa cidade, ajudando a SP Urbanismo a construir questões para aperfeiçoamento dos projetos. O licenciamento está começando, graças a deus então, agora começou a andar e ser discutido de forma aberta como disse nosso Vereador Paulo Frange, ainda vai para a Câmara aonde tudo pode ainda mudar e se aperfeiçoar, certamente, com patriotismo dos nossos vereadores, portanto, esse é o processo que se inicia. Quero agradecer a SP Urbanismo que é o empreendedor do caso, algumas pessoas se referiram a Secretaria do Verde com perguntas, mas no caso a Secretaria do Verde, ela deve se resguardar por que ela é uma espécie de juiz do processo. É o representante do SISNAMA, do Licenciamento Ambiental, então, nós estamos aqui. E a Regina, particularmente, que é a nossa polícia ambiental, recolhendo todas as notícias, críticas, sugestões e vai levar em conta no processo, como também o empreendedor, assim, eu quero repetir: agradecer em nome do prefeito de São Paulo a presença de todos vocês aqui nessa audiência pública. A Helena vai explicar como as entidades podem recorrer a uma nova audiência pública, de acordo com a regra do SISNAMA, apenas comento aquela sugestão do Donizete e do Benedito: eu não posso colocar uma audiência específica. A audiência é sempre universal, sempre aberta para todos os cidadãos. Sejam eles ricos ou pobres, então, a audiência é sempre aberta, e pública. Agora a SP Urbanismo pode marcar conversas, quem quiser levar contribuições, assim tenho colocado para os empreendedores públicos e privados, pode recebê-los, marcar reuniões, audiências e conversar quantas vezes for necessário com vocês. Isso é muito bom para o aperfeiçoamento da proposta e depois eu acho que o Vladir pode ficar aqui à disposição para quem quiser conversar com a EMURB que é o empreendedor. Agradeço a todos vocês e passo a Helena para o real fechamento da audiência.

Coordenadora Helena Magozo: A Mary está me dizendo que há várias pessoas interessadas no procedimento para uma nova audiência pública. Existe a Resolução 69/ CADES/2002, que diz, em seu artigo terceiro: “nova audiência pública poderá ser requerida por pelo menos 50% mais uma das entidades que participaram da primeira audiência pública”, no caso essa. A solicitação deverá ocorrer em até 5 dias úteis a contar do dia de hoje, do dia da audiência pública. Vocês têm a relação disponibilizada das entidades que participaram hoje, é procedimento que está previsto para a solicitação de uma nova audiência pública. Conversem com a Mary, o que puder facilitar a organização, faremos. Quero agradecer a UNINOVE a cessão do espaço, para a realização desta audiência pública. E eu, Helena Magozo, Coordenadora Geral do CADES, lavrei esta Ata, que segue por mim assinada.

Helena Maria de Campos Magozo
Coordenadora Geral do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES